

2007

Dinamizar a agricultura familiar e desenvolver o agronegócio articulado com a rede de produção estadual



DINAMIZAR A AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVER O AGRONEGÓCIO ARTICULADO COM A REDE DE PRODUÇÃO ESTADUAL

1. DESEMPENHO DO AGRONEGÓCIO

O PIB do agronegócio baiano, que em 2006 foi de R\$ 27,5 bilhões, deverá acompanhar a tendência do PIB do agronegócio nacional, cujas estimativas apontam para um crescimento de pelo menos 4,5% em 2007, recuperando parte de sua fatia na soma global das riquezas do Estado. Se confirmada essa expansão, a participação do PIB do agronegócio no PIB total do Estado passaria de 26,7% em 2006 para aproximadamente 27% em 2007. Conforme o Gráfico 1.

O cenário amplamente favorável está assentado nos bons resultados obtidos pelos grãos e frutas, além da pecuária de leite, pesca e bovinos. A renda agrícola, “da porteira para dentro”, das principais atividades agropecuárias no Estado, ou Valor Bruto da Produção – VBP, alcançou, em 2007, R\$ 13,1 bilhões, cerca de 9,2% superior ao ano de 2006.

Impulsionado, principalmente, pelo aumento da produção de grãos que na presente safra atingiu 5,6 milhões de toneladas (25,2% superior à safra anterior), pela elevação dos preços das *commodities* como soja e milho nos mercados nacional e



internacional e pela forte demanda mundial por alimentos e rações, o VBP das lavouras cresceu 14,6%, em relação ao período anterior.

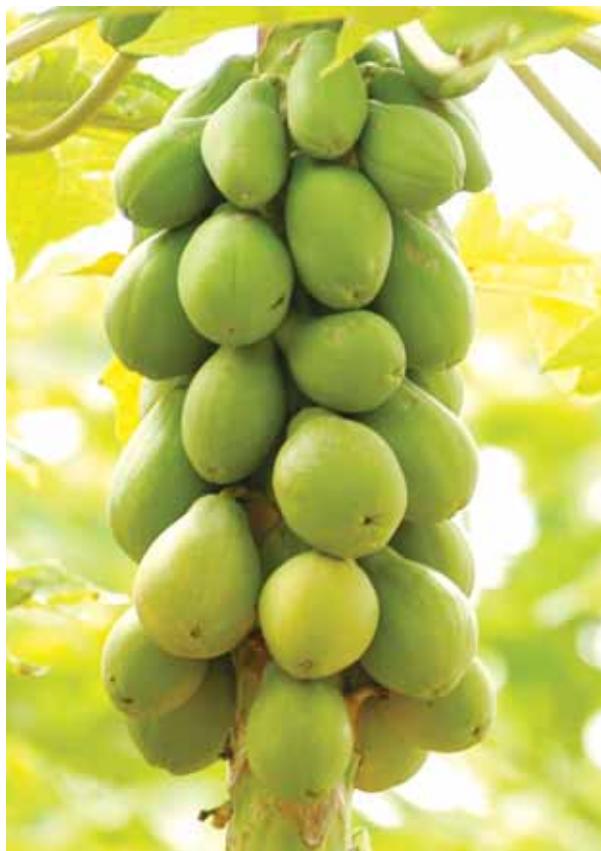
Os grãos e as frutas foram os destaques no VBP das lavouras, que contabilizou R\$ 8,2 bilhões, participando com 62,6% do VBP total, conforme mostra o Gráfico 2. Dentre os grãos ficou em evidência a participação da soja, algodão e milho; para as frutas: banana, uva, abacaxi e maracujá.



Fonte: CEPEA/USP; SEAGRI
* Dados estimados, sujeitos a retificações.



Fonte: IBGE; SEAGRI/SPA
OBS: Valores constantes de dez/2007, corrigidos pelo IPCA
Excluindo leite e aquicultura e pesca.



QUADRO 1

**POSIÇÃO DA BAHIA NO RANKING
NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL
BAHIA, 2007***

RANKING	PRODUTOS	RANKING	PRODUTOS
1º produtor	Mamão	2º produtor	Limão
1º produtor	Mamona	2º produtor	Borracha
1º produtor	Sisal	2º produtor	Palmito
1º produtor	Cacau	2º produtor	Cebola
1º produtor	Coco-da-baía	3º produtor	Feijão
1º produtor	Banana	3º produtor	Melão
1º produtor	Guaraná	3º produtor	Amendoim
1º produtor	Manga	4º produtor	Fumo
1º produtor	Maracujá	4º produtor	Café
2º produtor	Laranja	4º produtor	Uva
2º produtor	Algodão	4º produtor	Abacaxi
2º produtor	Mandioca	4º produtor	Castanha de Caju
2º produtor	Melancia	4º produtor	Tomate
2º produtor	Dendê	4º produtor	Goiaba

Fonte: IBGE/PAM; SEAGRI/SPA

* Dados sujeitos a atualizações

Na produção animal, a ênfase ficou por conta dos bovinos de corte e leite, a avicultura, aquicultura e pesca e a caprinovinocultura. Foram contabilizados R\$ 3,49 bilhões, uma participação de 26,6% do total do Valor Bruto da Produção em 2007.

Nos planos nacional e regional, a extraordinária performance do agronegócio estadual proporcionou, também, imediatas e importantes repercussões, o que lhe valeu posições destacadas no ranking nacional da produção agropecuária, como se verifica no Quadro 1.

Merece destaque entre os produtos agrícolas, conforme Tabela 1, o crescimento na produção de algumas frutas com o abacaxi (37,3%), maracujá (36%), uva (10,8%) e banana (7,2%). Na área colhida, a cana-de-açúcar destaca-se com um aumento de quase 5%, expansão já esperada por conta da alta dos preços do etanol e à vinda de novas usinas de álcool para o Estado.

Em 2007, a Bahia colheu uma das maiores safras de grãos de sua história, conforme o Gráfico 3. Um dos destaques foi a

TABELA 1

**DESEMPENHOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS
BAHIA, 2006-2007**

PRODUTOS	Produção (t)			Área (ha)	Rendimento (kg/ha)		
	2006	2007 ⁽¹⁾	Var. (%)		2006	2007 ⁽¹⁾	Var. (%)
Abacaxi	142.091	195.188	37,3	5.756	9.073	57,6	24.686
Banana	1.202.176	1.289.463	7,2	82.208	85.566	4,0	14.624
Cacau (amêndoas)	158.721	148.703	-6,3	560.005	540.046	-3,5	283
Castanha de Caju	6.618	6.345	-4,1	27.000	28.370	5,0	245
Coco-da-Baía	619.942	628.888	1,4	81.169	81.487	0,3	7.638
Laranja	801.521	804.247	0,3	53.500	53.629	0,2	14.982
Mamão	914.152	890.317	-2,5	16.217	16.191	-0,2	56.370
Dendê (coco)	176.089	182.117	3,4	44.783	47.077	5,1	3.932
Café (em coco)	175.179	140.565	-19,7	157.347	151.792	-3,5	1.113
Cana-de-Açúcar	6.304.647	6.275.410	-0,4	104.236	109.386	4,9	60.484
Mandioca	4.491.181	4.710.015	5,3	353.524	366.833	3,7	12.704
Manga	447.255	447.255	-	23.922	23.922	-	18.696
Maracujá	203.113	276.363	36,0	15.540	19.251	23,8	13.070
Sisal (fibra)	234.902	236.947	0,8	262.893	267.008	1,57	894
Uva	108.861	120.654	10,8	3.662	4.065	11,0	29.727
							29.681
							-0,2

Fonte: IBGE/PAM – Produção Agrícola Municipal

Elaboração SEAGRI/SPA

(1) Dados sujeitos à retificação: GCEA dez/07

**GRÁFICO 3 | EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE GRÃOS
BAHIA, 2000-2007**



Fonte: IBGE/PAM – Produção Agrícola Municipal
Dados do GCEA – dez.07 sujeitos a retificações

cultura do algodão, que superou a marca recorde de cerca de 1,045 milhão de toneladas (em 2006 colheu 810 mil toneladas). Percentualmente, o girassol, o arroz e o milho tiveram os melhores resultados, enquanto a mamona, que vinha registrando queda na produção nos anos anteriores, apresentou um resultado melhor em relação ao ano passado, colhendo 73,77 mil toneladas em bagas, com um crescimento de 7,29%.



Apesar da redução da área cultivada com a soja e da diminuição da utilização do pacote tecnológico, em decorrência da crise enfrentada pelos produtores na safra passada, as boas condições climáticas favoreceram o desempenho da lavoura que aumentou a produtividade média, passando de 2.282 kg/ha para 2.700 kg/ha, como mostra a Tabela 2.

TABELA 2

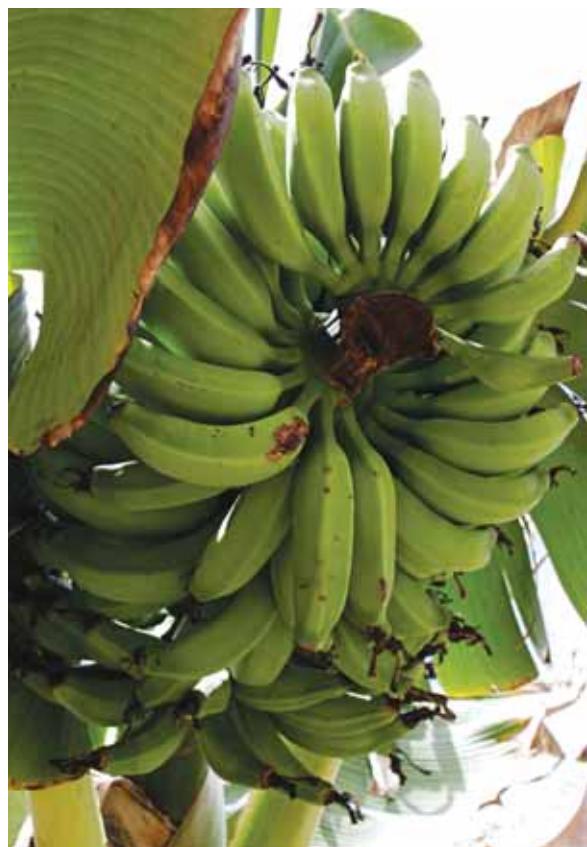
**PRODUÇÃO DE GRÃOS
BAHIA, 2006-2007**

PRODUTOS	Produção (t)			Área (ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2006	2007 ⁽¹⁾	Var. (%)	2006	2007 ⁽¹⁾	Var. (%)	2006	2007 ⁽¹⁾	Var. (%)
Algodão Herbáceo (em caroço)	810.253	1.045.240	29,0	242.066	300.376	24,1	3.347	3.480	4,0
Amendoim (em casca)	6.990	8.719	24,7	6.237	8.086	29,6	1.121	1.078	-2,2
Arroz (em casca)	19.717	41.547	110,7	17.442	21.592	23,7	1.130	1.924	70,3
Feijão (em grãos)	357.625	350.944	-1,8	636.939	551.540	-13,41	561	636	11,9
Girassol (em grãos)	30	3.931	13.003,3	60	4.124	6.773,3	500	953	90,6
Mamona (em baga)	68.558	73.777	7,2	108.835	120.780	10,9	630	611	-3,2
Milho (em grãos)	1.126.295	1.672.638	48,5	720.898	715.541	-0,74	1.562	2.338	56,2
Soja (em grãos)	1.991.400	2.298.000	15,4	872.600	851.000	-2,4	2.282	2.700	18,3
Sorgo (em grãos)	70.213	81.967	16,7	47.284	47.135	-0,3	1.485	1.739	17,1
Trigo (em grãos)	1.715	-	-100,0	343	-	-100,0	5.000	-	-
Total dos Grãos	4.452.796	5.576.763	25,2	2.652.704	2.620.174	-1,23	1.679	2.128	26,8

Fonte: IBGE/ PAM - Produção Agrícola Municipal

Elaboração: SEAGRI/BA – SPA/DPEA/CPA

(1) Dados sujeitos à retificação: GCEA dez./07



Um dos maiores produtores de frutas do país, o Estado da Bahia tem se destacado na exportação de manga, uva, mamão e, recentemente, de banana. Os 98 pequenos e médios produtores de banana que integram a Cooperativa dos Produtores de Bom Jesus da Lapa – Coofrulapa comemoram as primeiras exportações da fruta para o Leste Europeu. Por ano, serão exportadas 20 mil toneladas de banana, do total de 36 mil toneladas produzidas pela Cooperativa.

Além da produção de frutas tropicais, o clima propiciado pela altitude da Chapada Diamantina tem atraído produtores para o cultivo de frutas como ameixa, morango e maçã que são típicas de regiões temperadas, diversificando a produção frutícola do Estado.

A maçã baiana está sendo cultivada numa área de 50 hectares localizada no município de Ibicoara, na Chapada Diamantina, onde a temperatura pode chegar, no inverno, a menos de 10°C. O foco da produção é o mercado nordestino.

Os primeiros frutos começaram a ser colhidos no final de 2007, e a área plantada com a maçã só estará em plena carga após um período de quatro anos de plantio, quando serão produzidas uma média de 40 toneladas por hectare.



Os principais mercados externos para as frutas baianas são os Países Baixos (Holanda) 50%, seguido dos EUA – 19%, Reino Unido – 11% e Portugal – 6%.

O Gráfico 4 apresenta a evolução da produção de frutas no período 2001 a 2007.

A pecuária baiana se posiciona de forma destacada no cenário nacional, despontando, também, em relação ao Nordeste, liderando com a criação de bovinos, com um rebanho superior a 11 milhões de cabeças; caprinos, com 4,3 milhões de cabeças; ovinos, com 3,4 milhões e suíños, com 2 milhões de cabeças. A produção de carne de frango ainda não atende ao nosso consumo interno, estimado em 299 mil toneladas/ano, porém o setor avícola vem apresentando uma expansão moderada atingindo, em 2007, a produção de 210 mil toneladas de carne de frango ano conforme o Gráfico 5.

1.1 BALANÇA COMERCIAL

Favorecido pelo aumento sustentado dos preços em dólar no mercado internacional de *commodities*, as exportações do agronegócio baiano atingiram marca recorde, em 2007, contabilizando US\$ 2,2 bilhões, 22,8% superior ao resultado do ano anterior, que ficou na casa de US\$ 1,8 bilhão.

As importações, em 2007, ficaram em torno de US\$ 362,3 milhões, 77,3% superior às de 2006 (US\$ 204,3 milhões). O superávit comercial, acumulado no período, superou, pelo segundo ano consecutivo, a marca de US\$ 1 bilhão, registrando um aumento de 15,8% acima do superávit ocorrido no ano anterior. A corrente de comércio externo do agronegócio no período, US\$ 2,6 bilhões, foi superior em 29,5% ao resultado de 2006.

GRÁFICO 4 EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE FRUTAS
BAHIA, 2001-2007



Fonte: IBGE/PAM – Produção Agrícola Municipal
Dados do GCEA – dez.07 sujeitos a retificações

GRÁFICO 5 EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CARNE DE FRANGO
BAHIA, 2000-2007



Fonte: SEAGRI/Adab
* Dados sujeitos a retificações

Na pauta de exportações do Estado, formada por produtos da indústria química e petroquímica, metalurgia, petróleo e derivados, automotivo, minerais e agronegócio, este último continua mantendo expressiva participação (Gráfico 6). Do total de US\$ 7,4 bilhões exportados no ano de 2007, 30% são provenientes da pauta agrícola. Quanto às importações, a participação continua pequena, atingindo 8% dos US\$ 5,430 bilhões.

Dentre os principais segmentos do agronegócio, os que mais contribuíram para o crescimento das exportações foram: papel e celulose, complexo soja, cacau e suas preparações, algodão e fibras têxteis, couros e peles e frutas e suas preparações indicados na Tabela 3.



1.2 SEGURO RURAL

Importante instrumento de política agrícola, o Seguro Rural, programa do Governo Federal, está disponível aos produtores de soja do Estado para a safra 2007/2008. O objetivo do Programa é contribuir para a estabilidade da atividade agrícola, protegendo os agricultores dos efeitos climáticos adversos.

Através deste instrumento, o Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento – MAPA passará a participar com 50% do valor da subvenção ao prêmio do Seguro Rural. Devido à grande quantidade de fatores de risco que ameaçam a produção, a SEAGRI, em parceria com o MAPA, vem estimulando os produtores a contratarem o Seguro.

Nesta direção, a SEAGRI vem trabalhando no sentido de implementar, no Estado, a exemplo do Governo Federal, o programa de subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural, o que contribuirá sobremaneira para o fortalecimento da agropecuária baiana.

1.3 CRÉDITO RURAL

As ações do Governo Estadual, em parceria com as instituições oficiais de crédito, os bancos do Brasil e do Nordeste, mais a Desenbahia, têm propiciado uma injeção significativa

TABELA 3 **PRINCIPAIS SEGMENTOS EXPORTADOS PELO AGRONEGÓCIO BAHIA, 2007**

SEGMENTOS	Exportações (mil US\$ FOB)		
	2006	2007	Var. %
Papel e Celulose	715.367,5	897.365,1	25,4
Complexo Soja	270.403	392.559	45,2
Cacau e suas Preparações	209.585	224.650	7,2
Algodão e Fibras Têxteis Vegetais	156.617	200.258	27,9
Couros, Peles e Calçados	124.808	120.926	-3,1
Frutas e suas Preparações	115.822	138.562	19,6
Café, Chá, Mate e Especiarias	111.100	118.187	6,4
Carnes	2.548	2.281	-10,5
Prod. hortícolas, leguminosas, raízes, tubérc.	677	1.052	55,5
TOTAL DO AGRONEGÓCIO	1.802.374,6	2.212.425,1	22,8

Fonte: MDIC/Aliceweb; SEAGRI/SPA

de recursos no setor agrícola, aplicando, em 2007, mais de R\$ 1,1 bilhão no agronegócio baiano, um crescimento de 7% em relação ao ano anterior (Gráfico 7). O maior volume de operações de crédito rural acontece na safra de verão que teve início em outubro último.

O número de contratos também cresceu. Foram mais de 121 mil operações contratadas para as mais diversas atividades: algodão, bovinos (carne e leite), soja, milho, laticínios, mandioca, café, feijão e frutas como maracujá, uva, manga, laranja e coco.

1.3.1 Cédula do Produto Rural

A Cédula do Produto Rural – CPR vem dinamizando e modernizando a comercialização da produção agrícola, principalmente no tocante às *commodities*.

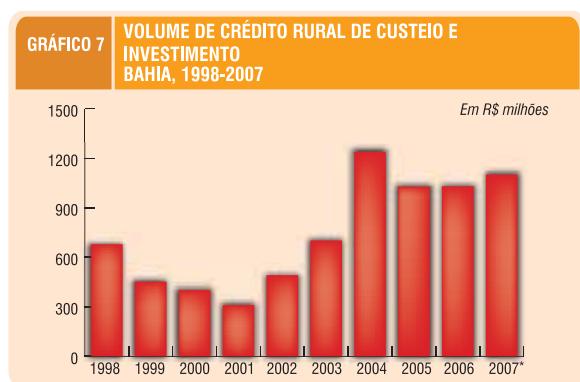
Dados fornecidos pelo Banco do Brasil dão conta que foram contabilizados 294 contratos, no valor total de R\$ 24,9 milhões. As principais culturas financiadas pela CPR foram algodão em pluma, boi gordo, café e soja.

1.3.2 Consumo de Fertilizantes

Um importante indicador de modernização da atividade agrícola é o consumo de fertilizantes. Na Bahia foram entregues aos produtores 880 mil toneladas de fertilizantes no período de janeiro a agosto de 2007, um crescimento de 55% em relação ao mesmo período do ano passado, quando foram consumidas 567 mil toneladas. Ainda no mesmo período de 2007, o consumo baiano representou 54,5% do consumo total de toda região Nordeste e 6% do consumo nacional.

1.3.3 Máquinas Agrícolas

O Estado da Bahia é líder na Região Nordeste de vendas de máquinas e equipamentos agrícolas, tais como: cultivadores motorizados, tratores de rodas, tratores de esteira, colheitadeiras e retroescavadeiras. O polo da região Oeste do Estado está colocado entre os melhores índices de vendas de máquinas e implementos agrícolas do País, reflexo do expressivo desenvolvimento tecnológico de irrigação ali instalada, que emprega modernos equipamen-



Fonte: Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Desenbahia

* Dados sujeitos a retificações.

tos e também pelo desempenho dos segmentos: fruticultura, cafeicultura, cotonicultura e a agroindústria do açúcar e do álcool.

O Programa de Modernização da Frota de Máquinas e Equipamentos Agrícolas – Moderfrota, criado em 2004, pelo Governo Federal para financiar a aquisição de maquinários agrícolas, teve papel fundamental no incentivo ao aumento das vendas de equipamentos na Bahia. Para a safra 2007/2008, o Plano Agrícola e Pecuário do MAPA disponibiliza para o Moderfrota o volume de R\$ 3 milhões para todo país, com taxas de juros menores que variam entre 7,5% a 9,5% a depender da renda bruta anual da propriedade.

1.4 GERAÇÃO DE EMPREGOS

A geração de empregos é um excelente indicador do desempenho da agropecuária. Das 531,2 mil admissões com carteira assinada feitas na Bahia, a agropecuária contribui com 87,2 mil postos, (aumento de 28,1% em relação a 2006), seguindo em franca expansão, ocupando a terceira posição, perdendo apenas para os setores de serviços e comércio. O saldo entre admitidos e desligados na agropecuária foi de 2.654 (Tabela 4), o que corresponde a 4,5% do saldo total de empregos gerados e superior ao ano passado, quando o saldo de empregos na agropecuária foi negativo em 4.392 postos.

O setor agropecuário baiano também se destaca no cenário nacional, ficando em terceiro lugar no total de admissões, atrás apenas de São Paulo e Minas Gerais.

TABELA 4

**GERAÇÃO DE EMPREGO FORMAL
BAHIA, 2007**

SETORES	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Serviços	174.567	154.987	19.980
Comércio	114.987	100.288	14.699
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	87.224	84.570	2.654
Construção Civil	76.996	67.497	9.499
Indústria de Transformação	70.796	60.364	10.432
Extrativa Mineral	2.528	1.888	640
Serviços Industriais de Utilidade Pública	2.161	1.954	207
Administração Pública	1.992	983	1.009
TOTAL	531.251	472.531	58.720

Fonte: MTE/Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (LEI 4.923/65)
Elaboração: SEAGRI/BA – SPA/CPA

Se considerarmos os setores associados ao agronegócio, os números aumentam para mais de 130 mil admissões. Considerando a agropecuária (87.224 admissões), a agroindústria produtora de alimentos e bebidas (16.097 admissões), calçados (11.514), têxtil/vestuário (7.841), borracha, fumo e couros (3.335), papel e papelão (2.323), madeiras e suas obras (3.751), entre outros.

1.5 ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

A estratégia governamental para atração de investimentos e integração de cadeias produtivas contribui decisivamente para o desenvolvimento e modernização do agronegócio na Bahia.

A implantação de programas de desenvolvimento agroindustrial se apresenta como estratégias de ação por parte do Governo da Bahia para atrair investimentos. Esta política tem também como objetivo direcionar o setor agroindustrial para a sua interiorização, conferindo prioridade estratégica àqueles empreendimentos estruturantes e agregadores de valor aos produtos agrícolas para o fortalecimento e consolidação dos arranjos produtivos locais.

O Governo da Bahia instituiu neste ano o Programa de Bioenergia – Bahiabio, que tem despertado grande interesse de empreendedores nacionais e estrangeiros para instalação de agroindústrias, implantação de infra-estrutura agrícola e aquisição de áreas para o plantio. O Programa visa estimular a produção de biodiesel e álcool a partir de oleaginosas (mamona,

algodão, dendê, amendoim, girassol e pinhão-manso) e cana-de-açúcar. É coordenado pela Secretaria da Agricultura, e conta com a participação das Secretarias de Ciência e Tecnologia; Indústria, Comércio e Mineração; Integração Regional; Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

As metas propostas para este Programa de Bioenergia são: implantação de oito pólos para a produção de 7,48 milhões de litros de etanol a partir da exploração de 870 mil hectares de cana-de-açúcar, e a produção de 7,73 milhões de litros de biodiesel, cuja matéria-prima virá de 868 mil hectares de oleaginosas, representando um total de investimentos da ordem de R\$ 12,3 bilhões (Tabela 5). Adicionalmente ter-se-á o aproveitamento dos subprodutos oriundos dos processos de industrialização que permitirá a co-geração de 2.501 MW de

TABELA 5

**INVESTIMENTOS PREVISTOS PARA
PRODUÇÃO DE BIOENERGIA
BAHIA, 2007**

R\$ 1,00 MILHÃO

INVESTIMENTOS	VALORES
Álcool Lavoura + Indústria	10.530,0
Biodiesel Infra-Estrutura Industrial	524,3
Infra-Estrutura Agrícola	963,6
Aquisição de 300 mil hectares de terra	
Biodiesel (R\$ 1.000/ ha)	300,0
TOTAL	12.317,9

Fonte: SEFAZ/SAF/Depat/Gepub

energia elétrica e ofertará ao mercado internacional créditos de carbono estimados em 3,13 milhões de toneladas de CO₂.

Neste sentido, o Governo do Estado, através da SEAGRI, está atraindo investidores e formalizando estas intenções através de acordos internacionais, como os já efetuados com a Empresa Feicheng Pyramid Machinarie para a montagem de parque industrial de etanol; a Empresa Bioclean Energy Brasil para a produção de Biodiesel no Oeste baiano e o com a Larus Impianti para produção de peletes a partir de subprodutos da agricultura.

Outro mecanismo de estímulo à atração de empreendimentos para o Programa de Bioenergia é a parceria com a Petrobras, para que

as usinas de álcool que pretendam se instalar no Estado passem a integrar o Contrato de Exportação de Bioenergia – Cebio, com vistas à exportação de combustíveis renováveis produzidos.

O Governo do Estado, através da Secretaria de Agricultura, tem a perspectiva de atrair investimentos para a implantação de projetos agroindustriais na ordem de R\$ 2,3 bilhões, com previsão de geração de 13.361 empregos, conforme demonstrado na Tabela 6.

Com o intuito de promover negócios, diversificar mercados e estabelecer cooperações bilaterais entre a Bahia, outros Estados e países, no ano de 2007, o Governo da Bahia através da

TABELA 6

**AGROINDÚSTRIA – INVESTIMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO E EM ESTUDO
BAHIA, 2007**

EMPREENDIMENTO	EMPRESA	LOCALIZAÇÃO	INVESTIMENTO R\$ 1.000,00	EMPREGOS PREVISTOS	SITUAÇÃO
Usina de Álcool	Infinity Bioenergy	Lajedão	260.000	1.500	Protocolo ⁽¹⁾
Usina de Álcool	Infinity Bioenergy	Ibirapuã	70.000	1.500	Em implantação
Usina de Álcool	Unial	Lajedão	100.000	600	Em implantação
Complexo de Bioenergia ⁽⁴⁾	Sotracap	Itamaraju	400.000	2.500	Protocolo ⁽²⁾
Complexo de Bioenergia ⁽⁴⁾	Petrominas	Teixeira de Freitas	408.000	2.500	Protocolo ⁽²⁾
Complexo de Bioenergia ⁽⁴⁾	Bauruense	Prado	404.000	2.500	Em análise
Extratora de Óleo de Algodão	Grupo Prosperis	Aratu	60.000	400	Protocolo ⁽¹⁾
Indústria de Máquinas de Peletização	Larus Impianti	RMS	9.000	30	Protocolo ⁽³⁾
Usina de Biodiesel	Global	L. Eduardo Magalhães	100.000	300	Protocolo ⁽¹⁾
Fábrica de Leite em Pó	Integralat	Feira de Santana	30.000	150	Protocolo ⁽¹⁾
Usina de Biodiesel	Bioclean Energy	L. Eduardo Magalhães	180.000	120	Protocolo ⁽³⁾
Indústria de Flocos de Milho	Coringa	L. Eduardo Magalhães	12.000	200	Protocolo ⁽²⁾
Usina de Biodiesel	Comanche Biocombustíveis	Simões Filho	9.000	80	Implantado
Óleos Vegetais e Biodiesel	Candelle	Região de Irecê	171.000	148	Protocolo ⁽³⁾
Usina de Biodiesel	Petrobras	Candelas	78.000	60	Em implantação
Curtume	Curtidora N. S ^a Aparecida	A Definir	24.300	600	Protocolo ⁽²⁾
Laticínio	Lactolem	Barreiras	5.000	48	Protocolo ⁽³⁾
Laticínio	P&L Agroindústria de Laticínios	Ibirapuã	10.190	125	Protocolo ⁽³⁾
TOTAL			2.330.490	13.361	–

Fonte: SEAGRI/SPA

(1) Protocolo a ser firmado

(2) Protocolo elaborado

(3) Protocolo firmado

(4) Empreendimentos nos moldes do Complexo de Bioenergia – Cebio

Secretaria da Agricultura/Superintendência de Política do Agronegócio incrementou significativamente a sua participação em eventos diversos, tais como: Missão aos EUA para divulgação das oportunidades de investimentos em bioenergia na Bahia; Painéis Temáticos – Bahia, Abrindo as Velas do Saveiro – Oportunidades de Negócios, Investimentos e Parcerias – FIESP/SP; 8º Agrocafé – Salvador/BA; III Agrishow – LEM – Luiz Eduardo Magalhães/BA; XVIII Fenagri – Juazeiro/BA; Fenagro/Agroportal – Salvador/BA. O Agroportal promoveu uma forte interação entre os produtores do agronegócio baiano e o mercado de atacado e varejo do ramo alimentício do Estado, através das Rodadas de Negócios organizadas pelo Sebrae e pelo Promo. O Global Bioenergy Américas apresentou a bioenergia como comercialmente viável e ecologicamente sustentável, mostrando aos empresários e governos que as vantagens desse setor vão além da questão ambiental.

2. INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR

A nova Superintendência de Agricultura Familiar – Suaf, criada em 2007 na estrutura administrativa da SEAGRI, estabeleceu como diretriz dos seus trabalhos a construção e a formulação das políticas para o setor, através do diálogo com a sociedade civil. Assim, sete grandes linhas de trabalho foram definidas, em ambiente coletivo e participativo com os movimentos sociais, organizações e órgãos do Governo do Estado, elegendo-se e construindo as demandas das políticas públicas para o campo.

Ainda que nos períodos anteriores não existissem políticas específicas voltadas para a agricultura familiar com começo, meio e fim, foi possível construir referenciais de comparação para adoção das ações iniciadas neste ano.

2.1 PROGRAMA PRODUIR – PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO ESTADO DA BAHIA – PCPR

O Programa Produzir tem como principal objetivo promover a redução da pobreza rural, através de financiamentos não reembolsáveis de pequenos investimentos de infra-estrutura e de apoio à produção, orientados para promover a melhoria do nível de vida e a geração de ocupação e renda para as comunidades rurais pobres.



Para atingir esses objetivos, o Programa adota como estratégia principal a descentralização e a participação comunitária, o que possibilita ampliar o espaço de exercício da cidadania do homem do campo. Os frutos desse processo dizem respeito à definição de ações mais condizentes com a realidade e as necessidades das comunidades, ao maior envolvimento dos beneficiários na eleição de prioridades, à execução mais eficiente dos projetos e à redução dos riscos de desvios.

O Programa, que atende a 407 dos 417 municípios baianos, excetuada a Região Metropolitana de Salvador, é executado com recursos de financiamento do Banco Mundial e com recursos de contrapartida do Governo do Estado e dos beneficiários.

No que concerne à parceria dos beneficiários, a operacionalização do Programa Produzir prevê a participação de Associações Comunitárias e dos Conselhos Municipais na definição, execução e gestão dos subprojetos comunitários, a partir da descentralização das ações, transparência dos procedimentos e o exercício da cidadania.

Esse processo democrático torna-se possível devido à instalação dos Conselhos Municipais que congregam representantes do Poder Municipal e da sociedade civil, com predominância da representação dos beneficiários.

Expressivo avanço foi alcançado a partir da metodologia de participação efetiva dos beneficiários, com 96% dos recursos chegando diretamente às comunidades e resultando em mudanças concretas na qualidade de vida de mais de 600 mil famílias pobres no interior da Bahia, especialmente, na região semi-árida.

As diretrizes do atual Governo, baseadas na ética, transparência, controle social, democracia, participação e diálogo social, reforçam os procedimentos já previstos na metodologia de execução do PCPR/Producir e, portanto, estão sendo postos em prática. O trabalho que está sendo desenvolvido em diversas regiões do Estado tem como objetivo verificar o funcionamento dos projetos executados nas comunidades, com discussão e elaboração de diagnósticos participativos. O propósito é, com base nesses diagnósticos, nos problemas e dificuldades evidenciadas, buscar articular os órgãos do governo e as organizações da sociedade civil, na busca de soluções.

A mobilização das comunidades através desse trabalho certamente ajudará na reestruturação dos Conselhos Municipais e no planejamento das ações, que estão sendo discutidos no âmbito da CAR, de outros órgãos do Governo e do Banco Mundial.

Busca-se agora implementar o Programa, na perspectiva do desenvolvimento regional, missão definida pela CAR, através de seus postulados metodológicos que visam o fortalecimento da sociedade civil através da gestão democrática participativa das associações e, consequentemente, dos Conselhos de Desenvolvimento Municipais, como instâncias de diálogo, de discussão das potencialidades e demandas, que com os devidos assessoramentos técnicos deverão ser transformadas em projetos comunitários estruturantes para o desenvolvimento local e regional.

Em 2007, o Programa Producir alcançou os seguintes resultados:



- Do total de 1.652 projetos comunitários, já foram concluídos 233, estando em execução 1.419;
- Elaboração da Proposta de Capacitação e encaminhamento ao agente financiador do Programa Producir (Banco Mundial);
- Encaminhamento ao Banco Mundial do Plano de Aquisições do Projeto para análise;
- Encaminhamento à SEPLAN da Carta Consulta à Comissão de Financiamentos Externos – Cofix para empréstimo adicional de US\$ 30 milhões. A Carta já foi encaminhada à Governadoria;
- Realização de reuniões com 152 associações comunitárias e moradores das comunidades de 20 municípios, para discutir as intervenções dos diversos órgãos do Estado e elaboração de Diagnósticos Comunitários e Municipais Participativos, na área de atuação dos Escritórios Regionais de Serrinha, Feira de Santana e Juazeiro, estando previsto também para os demais Escritórios Regionais da CAR;
- Pagamento de convênios às associações num total de R\$ 28,5 milhões, sendo R\$ 18,5 milhões do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep, R\$ 6 milhões do Fundo Estadual de Saúde – Fesba e R\$ 4 milhões do BIRD. Do total pago, R\$ 15,1 milhões foram desembolsados no mês de setembro.

Vinculado ao Programa Producir, o Projeto de Irrigação da Bacia de Tucano, em processo de implantação, compreende a meta de 20 módulos irrigados, com 150 hectares cada, que formarão uma grande alternativa de geração de renda para agricultores familiares da Região Nordeste da Bahia, compreendendo os municípios de Tucano, Cipó, Ribeira do Pombal, Ribeira do Amparo, Banzaê e Cícero Dantas.

A SEDIR, através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, em parceria com a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI e com apoio do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep, vai implantar, numa ação intersetorial e transversal com as Secretarias da Educação, Saúde, Administração, Ciência, Tecnologia e Inovação e, ainda, Voluntárias Sociais, Desenbahia e Banco do Brasil – que estão financiando o plano de custeio e o sistema parcelar de irrigação, através do Pronaf – o primeiro perímetro irrigado localizado na comunidade de Campinhos, no município de Tucano. Uma experiência inovadora com instalações de unidade satélite do Programa de Saúde da Família – PSF, centro comunitário, salas de aula



e treinamento, alojamento, galpão de insumos e *packing-house*, telecentro com suporte digital, antena para internet e área para desenvolvimento de atividades culturais e recreativas.

A CAR já investiu recursos correspondentes a R\$ 1,8 milhão para a aquisição dos equipamentos de irrigação, a construção das residências, implantação do sistema de abastecimento de água, o plano de negócios e *marketing*, a capacitação dos beneficiários e, mais recentemente, o financiamento para a destoca e limpeza dos lotes, aquisição de calcário, contratação de máquinas para sua aplicação e incorporação com vistas à correção do solo, o que permitirá a implantação do sistema parcelar de irrigação, viabilizando, assim, o início da exploração econômica do projeto.

O Projeto Tucano vai beneficiar diretamente 100 famílias, que já estão residindo na agrovila, realizando os preparativos para iniciar o plantio das culturas de abóbora, milho, feijão, pinha, banana e amendoim, em parceria com o programa biodiesel da Petrobras. O primeiro plano de custeio tem o rigor técnico de trabalhar com culturas familiarizadas dos 100 irrigantes e também a preocupação com a incorporação vegetal nos solos, onde, paulatinamente, serão adotadas outras hortaliças com demanda de mercado. A perspectiva de receita líquida está em torno de dois salários mínimos.

2.2 PROJETO TERRA DE VALOR – PROJETO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PARA AS ÁREAS RURAIS MAIS CARENTES

O Projeto Terra de Valor tem como principal objetivo reduzir os níveis de pobreza e pobreza extrema nas comunidades rurais

do semi-árido do Estado da Bahia, através da promoção do desenvolvimento sustentável e com eqüidade de gênero.

O Projeto atua em 34 municípios, todos localizados nas regiões Sudoeste (8) e Nordeste (26) do Estado e detentores dos menores Índices de Desenvolvimento Humano – IDH. A população beneficiária do Projeto é de 90 mil famílias, 35 mil de forma direta e 55 mil indiretamente. Conta com recursos de US\$ 60 milhões, sendo US\$ 30 milhões financiados pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, agência da Organização das Nações Unidas – ONU, e os outros US\$ 30 milhões pelo Governo do Estado da Bahia como recursos de contrapartida.

A área de atuação do Projeto Terra de Valor é o semi-árido do Estado, onde a pobreza rural é uma característica marcante. Vale assinalar que no semi-árido baiano, aproximadamente, 73% de sua população vive em estado de pobreza, convivendo com situações adversas, como: a seca constante; a falta de infra-estrutura física e social; e prática, como meio de subsistência, o plantio de lavouras alimentares, basicamente, feijão, milho, mandioca e se dedicam, em grande parte, à criação de forma extensiva de caprinos e ovinos.

Durante exercício de 2007 o Projeto Terra de Valor desenvolveu ações que possibilitaram a implantação de uma infra-estrutura física e de pessoal aptas ao pleno desenvolvimento das suas atividades junto ao seu público-alvo nas regiões Sudoeste e Nordeste do Estado da Bahia e, também, aquelas atividades de comercialização, remanescentes do antigo Projeto Gavião localizado no município de Condeúba.

Encontram-se contidas, neste relatório, as ações realizadas pelo projeto, destacando-se dentre elas: capacitação técnica; participação e promoção de eventos (reuniões técnicas, encontros com as comunidades, movimentos sociais e organização da produção etc); divulgação do projeto e atividades administrativas gerais.

Além dessas ações, foram firmados 114 convênios com associações comunitárias e outras entidades da sociedade civil, destinados, prioritariamente, a abastecimento de água, incluindo a construção de 3.223 cisternas domiciliares, e projetos comunitários para geração de emprego e renda, com o investimento total de R\$ 7,2 milhões, beneficiando diretamente 5.226 famílias.

ATIVIDADES:

Recrutamento, seleção e contratação da equipe técnica e administrativa – Para o cumprimento dessa etapa, realizou-se a divulgação do Projeto nas Regiões Sudoeste e Nordeste, com a finalidade de tornar público o processo de recrutamento e seleção do seu quadro técnico e administrativo, sendo cumpridas as seguintes etapas: análise curricular, entrevistas e prova de redação.

Instalação dos Escritórios Regionais e Sub-regionais – Foram instalados escritórios regionais nos municípios de Vitória da Conquista e Ribeira do Pombal e escritórios sub-regionais nos municípios de Mirante (Região Sudoeste), Euclides da Cunha, Cícero Dantas, Jeremoabo e Abaré (Região Nordeste) com a devida infra-estrutura física composta por máquinas, equipamentos e veículos.

Capacitação do Pessoal Técnico – No período compreendido entre 30 de julho a 22 de setembro de 2007, realizou-se a capacitação dos técnicos contratados pelo Projeto, cujo programa obedeceu ao seguinte roteiro:

- integração com as Secretarias de Estado que desenvolvem atividades afins, para conhecimento das suas principais linhas de ação e possibilidades de futuras parcerias;
- realização de palestras e mesas redondas com a participação da equipe em capacitação, movimentos sociais e de representantes da Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA e da Fundação Nacional do Índio – Funai para discutir e avaliar, dentro do contexto do Desenvolvimento Regional, o componente Desenvolvimento do Capital Humano e Social;
- realização de palestras, seminários e debates com a finalidade de nivelar a equipe em novos conceitos e práticas que envolvem a agricultura familiar, mercado solidário e agro-ecologia. Este evento contou com a participação de Secretarias de Estado e ONG, que possuem, como atividades-fins, ações voltadas para este segmento da economia.
- nivelamento de toda a equipe técnica em novos conceitos e práticas que envolvem o processo de Monitoria e Avaliação de Projetos.

Divulgação do Projeto Terra de Valor nas Regiões Sudoeste e Nordeste – Foram realizadas reuniões técnicas em cada um dos 34 municípios participantes do Projeto, para divulgação, discussão e entendimento das suas linhas de intervenção, ação e co-participação junto ao seu público-alvo. Participaram deste evento os movimentos sociais, lideranças comunitárias e representantes do poder público local e de diversas Secretarias de Estado. Além disso, foi realizada uma pesquisa através da aplicação de 3.000 questionários junto às comunidades pobres e extremamente pobres integrantes do Projeto.

Seleção das comunidades – Com esta atividade, estão sendo escolhidas as 300 comunidades pobres e extremamente pobres da Região Sudoeste e Nordeste que formarão o universo de atuação do Projeto Terra de Valor. A escolha obedece aos critérios pré-estabelecidos como elegíveis nos questionários aplicados, destacando-se dentre eles: o uso e posse da terra, a tipologia das culturas desenvolvidas pelos pequenos produtores, a comercialização dos produtos agrícolas, o número de habitações por comunidade e acesso à água e à energia elétrica.

Definição dos territórios e sub-territórios de atuação – O Projeto Terra de Valor definirá a formação dos seus territórios de atuação, obedecendo aos seguintes critérios: identidade cultural existente entre as comunidades, regiões e intra-regiões, atividades econômicas afins e infra-estrutura física e social existentes.

Definição e implantação do Sistema de Informações Geográficas – SIG – Este sistema, em estado avançado de execução, permitirá melhor visualização e espacialização dos dados existentes e gerados pelo Projeto Terra de Valor a respeito dos recursos naturais, geoambientais e infra-estruturais existentes nas respectivas regiões de atuação.

Implantação do Sistema de Monitoria e Avaliação – O sistema de Monitoria e Avaliação do Projeto Terra de Valor encontra-se em fase final de implantação com a discussão e definição dos indicadores de resultados, efeitos e impactos e seus consequentes instrumentos para aferição dos resultados. Em plena atuação, este sistema permitirá acompanhar todos os processos de intervenção efetivados pelo projeto, permitindo, assim, tomadas de decisão no sentido de melhor nortear as suas ações e resultados.

2.3. PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF

A Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. – EBDA é o braço executor do Programa na Bahia. Recursos provenientes do Governo Federal, através do MDA, apoiaram financeiramente 1.479 agricultores familiares com custeio e 260 agricultores com microcrédito. Estes números poderão aumentar ainda mais considerando a safra agrícola 2007/2008 iniciada no final do segundo semestre de 2007.

As áreas da reforma agrária também contaram com projetos de crédito de custeio e investimentos através do Pronaf.

Foi assinado convênio de cooperação financeira entre o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, com recursos do Pronaf, e a EBDA, no valor de R\$ 12,1 milhões, destinados à aquisição de novos veículos para a renovação da frota que serve à atividade de assistência técnica e para a modernização do setor com a aquisição de equipamentos de informática, além do financiamento das atividades de campo com assistência técnica continuada aos agricultores familiares da Bahia.

2.4. PRÓ-RENDA

Programa voltado para o desenvolvimento local sustentável, que tem como objetivo desenvolver processos de autogestão dos agricultores familiares, apoiados pelos programas governamentais e não-governamentais de diferentes instituições.

O Projeto atua em 20 municípios do semi-árido e sub-úmido baiano, atendendo com assistência técnica e extensão rural 68 comunidades e beneficiando 4.080 famílias.

Foram realizados 173 eventos que contaram com a participação de diversos parceiros, a exemplo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Bahiapesca e Instituto Mauá, envolvendo 6.027 agricultores familiares, técnicos da EBDA e prefeituras.

As principais atividades desenvolvidas nestes encontros foram oficinas para elaboração de projetos e o cadastramento de agricultores familiares, cursos e palestras abordando temas como agroecologia/produção orgânica, produção de sementes, bio-





combustível, meio ambiente, artesanato, apicultura, educação previdenciária, convivência com o semi-árido, diagnóstico e planejamento participativo, cooperativismo e associativismo.

2.5 OUTROS PROGRAMAS E PROJETOS PARA AGRICULTURA FAMILIAR

Para se chegar à definição da proposta dos programas voltados para a dinamização da agricultura familiar no Estado, buscou-se responder de que modo a agricultura familiar poderia, simultaneamente:

- Barrar o processo de migração campo-cidade;
- Ampliar a produção e os níveis de rentabilidade da família do agricultor familiar;
- Elevar o produto interno bruto dos municípios;
- Ampliar a inclusão socioeconômica e cultural em bases sustentáveis;
- Agir em realidades tão díspares como o semi-árido, a Mata Atlântica, o Grande Cerrado e os seus diversos microbiomas.

A essas questões, se acrescentaram outras, de cunho interinstitucional, tais como: o enfrentamento da fragmentação das ações do Estado e mudança da lógica de funcionalidade da burocracia para dar celeridade às ações, além dos elementos relacionados às deficiências no processo organizativo, tanto no que se refere ao tecido econômico,

como o associativo, o institucional e interinstitucional das sociedades locais e territoriais.

Tendo em vista essas questões, os programas e projetos foram assim definidos:

- Bio-Sustentável
- Uniater – Universalização da Assistência Técnica e Extensão Rural
- Semeando – Produção, Distribuição, Qualificação e Autonomia de Sementes
- Secaf – Sistema de Comercialização
- Sertão Produtivo – Desenvolvimento das Cadeias Produtivas no semi-árido
- Garantia Safra – Segurança Alimentar
- Mata Verde – Produzindo e Preservando a Mata Atlântica

O papel da Suaf é ser articuladora dos agentes e responsável pelo monitoramento do processo de instalação e da execução.

2.5.1 Bio-Sustentável

Tem como objetivo inserir 200 mil agricultores familiares na base de produção e de beneficiamento das culturas fornecedoras de óleo para fins de biodiesel para construir uma nova matriz energética instalada em bases sustentáveis em 600 mil hectares cultivados com oleaginosas.

Em 2007, foram alcançados os seguintes resultados:

- Envolvimento institucional da SECTI, SICM, SEMARH, SERIN, Petrobras, EBDA, Banco do Brasil, Comanche, Brasil Ecodiesel e organizações sociais para a formatação do Programa;
- Realização de 11 seminários para divulgação do Programa;
- Acordo com o Banco do Brasil para financiar 17 mil contratos na safra de verão;
- Acordo com a Embrapa para recebimento de sementes básicas de amendoim e mamona para reprodução;
- Reprodução de sementes de mamona em 25 hectares na Estação Experimental da EBDA, em Utinga;
- Distribuição aos agricultores familiares de 277 toneladas de sementes de mamona em consonância com o Programa Semeando;
- Acordo com a Petrobras para a distribuição de 175 toneladas de sementes de mamona e 44 toneladas de sementes de girassol;
- Contratualização com a Petrobras para compra da produção de oleaginosas de 40 mil famílias através de 11 cooperativas;
- Acordos com rede de Ater credenciada no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS e com a EBDA para atuarem como prestadores de serviço de assistência técnica.

2.5.2 Uniater – Universalização da Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar na Bahia

Tem como objetivo dinamizar a produção e rentabilidade das propriedades familiares rurais a partir do acesso sistemático às informações tecnológicas e ao crédito, com a participação de 625 mil agricultores familiares.

Em 2007, foram alcançados os seguintes resultados:

- Realização de seminários para discussão da política de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater para a agricultura familiar;
- Convênios com 14 instituições para atendimento de 50 mil agricultores familiares com serviços de Ater;
- Envolvimento de 23 Escolas Famílias Agrícolas para a construção da proposta de Ater;
- Encaminhamento da documentação de 22 entidades ao CEDRS para o credenciamento, das quais quatro já foram credenciadas para serviços de Ater pelo Dater/MAPA;
- Elaboração de projeto de Ater para as áreas de assentamento, beneficiando 20 mil famílias.

2.5.3 Semeando – Produção, Distribuição, Qualificação e Autonomia de Sementes

Com o objetivo de fomentar a produção de sementes de oleaginosas, de culturas alimentares e de mudas, bem como adquirir e distribuir sementes e mudas, o Programa Semeando cumpre um dos compromissos assumidos pelo Governo da Bahia de restabelecer a oferta aos pequenos agricultores de sementes de qualidade genética comprovada, de alta produtividade e mais resistentes às doenças e pragas, visando, sobretudo, a melhoria da produção, a construção de uma autonomia efetiva do insumo básico para futuros plantios.

Em 2007, o Programa atendeu 70 mil agricultores familiares de 241 municípios em 19 Territórios de Identidade, com distribuição de sementes e treinamento de produtores e técnicos para a formação de bancos de sementes, conforme Tabela 7.



TABELA 7

DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES – SAFRA 2007-2008
BAHIA, 2007

TERRITÓRIOS	LOCAL DE ENTREGA	TOTAL SEMENTES (t)			
		FEIJÃO	VIGNA	MILHO	MAMONA
IRECÊ	Irecê	159.992	-	63.997	24.232
VELHO CHICO	B. Jesus da Lapa	47.600	140.481	89.281	19.968
CHAPADA DIAMANTINA	Seabra	141.831	24.335	68.900	28.525
PIEMONTE DO PARAGUAÇU	Itaberaba	44.161	12.501	23.915	9.437
SERTÃO DO S. FRANCISCO	Juazeiro	46.201	58.968	47.964	20.179
OESTE BAIANO	Barreiras	-	60.100	30.050	9.868
BACIA DO RIO CORRENTE	S. M. da Vitória	-	62.141	31.071	12.536
BACIA DO PARAMIRIM	Macaúbas	-	61.834	30.917	12.734
SERTÃO PRODUTIVO	Guanambi/Caetité	-	128.543	64.272	26.813
VITÓRIA DA CONQUISTA	Vitória da Conquista	74.589	64.496	62.083	21.355
MÉDIO RIO DE CONTAS	Jequié	25.050	-	10.020	4.255
BACIA DO JACUÍPE	Ipirá	18.005	13.468	13.936	5.799
SISAL	Cansanção	27.632	13.825	17.965	5.953
PIEMONTE N. DO ITAPICURU	Senhor do Bonfim	37.019	26.832	28.224	11.241
PIEMONTE DA DIAMANTINA	Jacobina	34.663	20.880	24.305	8.845
LITORAL SUL	Itabuna	24.240	-	9.696	-
BAIXO SUL	Valença	15.200	-	6.080	-
VALE DO JIQUIRIÇÁ	Jaguaquara	31.969	12.166	18.871	8.456
EXTREMO SUL	Teixeira de Freitas	97.243	-	38.897	-
TOTAL		825.392	700.571	680.442	230.196

Fonte: SEAGRI/SUAF

2.5.4 Secaf – Sistema de Comercialização da Agricultura Familiar

Tem como objetivo organizar e promover a comercialização dos sistemas de rede de produção da agricultura familiar.

Em 2007, o Secaf realizou:

- Constituição de uma Câmara Técnica de Comercialização com as organizações sociais e instituições governamentais e que envolvem os 26 Territórios de Identidade;
- Formação de cinco bases de serviço, sendo uma base para atender aos Territórios de Portal do Sertão, Sisal, Bacia do Jacuípe e mais outras seis bases localizadas nos Territórios Baixo Sul, Litoral Sul, Itaparica, Sertão do São Francisco, Recôncavo e Litoral Norte/Agreste de Alagoinhas que atenderão em caráter contínuo aos agricultores familiares com serviços de orientação nas áreas de

contabilidade, administração, empreendedorismo e oportunidades de negócios;

- Realização de cinco feiras itinerantes nos municípios de Buerarema, Itajuípe, Camacã, Almadina e Ipiáu, envolvendo 30 entidades entre cooperativas, associações, sindicatos e organizações não-governamentais, contando com público participante de cinco mil pessoas;
- Início do processo de licitação da locação de 50 pontos para a promoção e comercialização dos produtos da agricultura familiar;
- Promoção da Vila da Agricultura Familiar durante a realização da Exporural 2007 e da Fenagro, em Salvador, com a participação de 70 empreendimentos que representaram 18 Territórios, uma oportunidade para a divulgação dos seus produtos e a inserção dos produtores em novos mercados;
- Participação de 16 empreendimentos na Feira Nacional da Agricultura Familiar realizada em Brasília, além do apoio oferecido pela SEAGRI para a realização de duas Feiras das Mulheres Produtoras dos Territórios, ambas realizadas em Feira de Santana.



2.5.5 Sertão Produtivo – Desenvolvimento das Principais Cadeias Produtivas do Semi-Árido

Com o objetivo de fomentar as cadeias produtivas do mel (10 mil famílias), caprino-ovinocultura (50 mil famílias), cana-de-açúcar (cinco mil famílias) e fruticultura (15 mil famílias) para ampliar a produção do Estado e promover a inserção competitiva dos produtos da agricultura familiar nos mercados local, nacional e internacional, o Programa já atendeu a várias demandas dos Territórios, com o apoio financeiro do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, entre elas:

- Aquisição de pulverizador de leite para Caturama;
- Construção de estrutura de beneficiamento e transformação da produção de frutas em Sátiro Dias, Uauá, Sento Sé e Ourolândia;
- Implantação de um centro de artesanato de sisal em Várzea da Roça;
- Implantação de uma unidade de abate de bovinos, caprinos e ovinos em Barrocas;
- Instalação de uma agroindústria comunitária de doces e polpas em Mutuípe;
- Construção e aquisição de equipamentos para implantação de 15 viveiros de mudas de café em diversos municípios do Território de Vitória da Conquista;
- Implantação de estrutura de beneficiamento pós-colheita de café nas comunidades rurais dos municípios de Encruzilhada, Poções, Ribeirão do Largo e Vitória da Conquista.

Além disso, ainda em 2007, foram realizadas as seguintes ações:

- Parceria com o Sebrae para estudo de mercado e qualificação dos gestores dos frigoríficos de Jussara, Pintadas e Oliveira dos Brejinhos;
- Recuperação das unidades móveis de atendimento aos caprino-ovinocultores;
- Realização do Congresso Baiano de Apicultura, com a presença de 800 participantes;
- Conclusão da construção de 19 casas de mel do antigo Programa Cabra Forte;
- Elaboração do plano setorial para a capacitação de dois mil apicultores;
- Apoio à realização do Festival de Cachaça de Abaíra.

2.5.6 Garantia Safra – Segurança Alimentar para as Famílias de Baixa Renda Vítimas da Seca

Tem como objetivo garantir uma renda mensal mínima para os agricultores familiares que vivem no semi-árido que, tendo aderido ao Programa Garantia-Safra, venham a perder pelo menos 50% da safra das lavouras de mandioca, feijão, milho, arroz ou algodão no ano agrícola 2007/2008 em decorrência da seca nos municípios sob decreto de situação de emergência ou em estado de calamidade pública.

Resultados alcançados em 2007:

- Adesão de 60 prefeituras municipais;
- Inscrição de 40 mil agricultores familiares.

Está sendo planejado atendimento de outros projetos voltados para a inclusão social da juventude campesina e de qualificação dos agricultores familiares, de acordo com as demandas econômicas e sociais diagnosticadas pelas associações, além de investimentos na área habitacional, visando à melhoria das condições de vida das famílias de comunidades quilombolas.

2.5.7 Mata Verde – Produzindo e Preservando a Mata Atlântica

Para estimular a diversificação da produção, a SEAGRI distribuiu 650 mil mudas de árvores frutíferas e de cacau clonado para 1.500 agricultores familiares e assentados das áreas de reforma agrária dos Territórios do Extremo Sul e do Baixo Sul.

A distribuição das mudas de graviola, jenipapo, açaí, cajá e cacau clonado faz parte do Programa Mata Verde, que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável, preservando a Mata Atlântica, através da instalação de sistemas agro-florestais diversificados, e com a manutenção e recuperação da lavoura cacauícola, além de assegurar aos agricultores familiares a formação de quintais produtivos e estimular a verticalização e o incremento da produção.

Nos próximos quatro anos, oito milhões de mudas de alta produtividade e resistentes a pragas serão distribuídas pela

SEAGRI em parceria com o Instituto Biofábrica de Cacau, viabilizando, desta forma, a retomada do crescimento do Bioma da Mata Atlântica.

3. DESEMPENHO DA IRRIGAÇÃO

Além de promover a implantação de infra-estrutura de estradas, energia e comunicações, criando condições favoráveis à incorporação de novas áreas irrigadas, o Governo da Bahia tem executado obras de irrigação em projetos públicos desenvolvidos pela SEAGRI, através da Superintendência de Irrigação – SIR. A realização de estudos básicos propiciou a criação de um banco de projetos de irrigação visando à captação de recursos públicos ou privados para posterior implantação, a exemplo dos projetos: Brejo da Barra (4.332 ha) no município de Barra; Mocambo-Cuscuzeiro (11.000ha) no município de Santa Maria da Vitória; Ponto Novo III (1.000 ha) nos municípios de Ponto Novo e Queimadas; Zabumbão (500 ha) no município de Paraimirim e Argoim (6.000 ha) no município de Rafael Jambeiro.

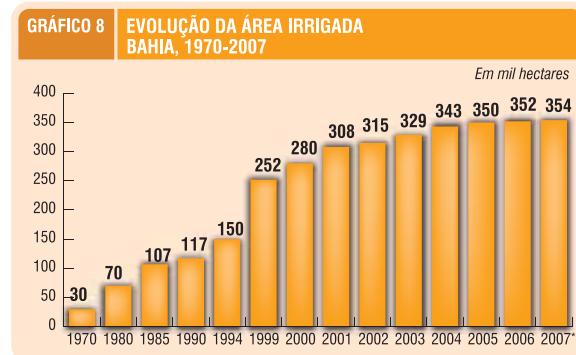


Com uma área de 1,6 milhão de hectares potencialmente irrigáveis, identificados pelo Plano Estadual de Irrigação elaborado em 1992 e compatibilizado com o Plano Estadual de Recursos Hídricos, o Estado da Bahia contava, em janeiro de 2007, com 352 mil hectares irrigados, correspondendo a 22% do seu potencial. Hoje, a área irrigada na Bahia ocupa 354 mil hectares. O Gráfico 8 apresenta a evolução do crescimento da área irrigada no Estado nos últimos 37 anos:

Em maio de 2007, através da Lei nº 10.557, o Governo Estadual concedeu a pessoas físicas, selecionadas através de pesquisa social, o direito real de uso de 100 lotes agrícolas irrigáveis e 100 lotes residenciais de propriedade do Estado da Bahia, em área integrante do projeto de Horticultura Irrigada da Bacia Sedimentar de Tucano, módulo Tucano, localizado no município do mesmo nome. A partir dessa Lei, foram entregues, em 2007, 100 escrituras de concessão dos lotes agrícolas e estão sendo preparadas as escrituras referentes aos lotes residenciais. Este projeto tem por objetivo criar um pólo para a produção de hortaliças e olerícolas, com a possibilidade de gerar quatro mil empregos diretos e oito mil indiretos.

A Lei nº 10.701 de 19 de outubro de 2007 autorizou o Poder Executivo a conceder o direito real de uso de 148 lotes agrícolas irrigáveis, com área média de cinco hectares cada, de propriedade do Estado da Bahia, e que fazem parte do Projeto de Irrigação de Ponto Novo, localizado no município de Ponto Novo, na região do Piemonte da Diamantina. As escrituras referentes a essa concessão estão em processo de elaboração.

Um acordo de cooperação técnica entre o Incra e a SEAGRI tem permitido a realização de ações para desenvolvimento de



irrigação nas áreas do Programa Nacional de Reforma Agrária, através da implantação de modernos sistemas de irrigação.

Convênios firmados pela EBDA com os Distritos de Irrigação garantiram a operação e manutenção dos Projetos Públicos Estaduais. O aporte financeiro, a ser reduzido anualmente, segue até a conquista da autogestão financeira dos distritos dos Projetos de Curral Novo (Jequié), Jacuípe (Várzea da Roça) e Paulo Afonso, Ponto Novo e Tucano nos municípios do mesmo nome.

O Governo Federal anunciou a liberação de R\$ 113 milhões para investimentos na retomada das obras dos projetos Baixio de Irecê e Salitre, que serão executadas pela Codevasf. Também está sendo efetivado um convênio entre este Órgão e o Estado da Bahia para, através da EBDA, prestar os serviços de Ater aos 931 pequenos agricultores do Projeto de Irrigação do Formoso, no município de Bom Jesus da Lapa.

A SEAGRI, através da Portaria nº 103 de junho de 2007, criou a Comissão Técnica de Garantia Ambiental – CTGA, para analisar e avaliar o desempenho da atividade irrigada, observando a legislação ambiental vigente, além de elaborar estudos necessários para o licenciamento dos projetos ou atividades sob a sua responsabilidade.

Além disso, a SEAGRI é membro da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – Ciea, um espaço público colegiado encarregado de elaborar a política e programa estadual de educação ambiental de forma descentralizada, democrática e participativa, contribuindo para a definição de diretrizes e prioridades a serem incorporadas no Programa Nacional de Educação Ambiental. A Ciea é composta por 29 representantes de instituições governamentais e não-governamentais, das esferas estaduais e municipais, do setor ambiental e educacional, do setor empresarial e dos trabalhadores, representações por biomas/regiões, populações tradicionais, representantes de Reserva Particular de Preservação do Patrimônio Natural – RPPN e do Coletivo Jovem.

A Superintendência de Irrigação tem assento nos Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu e do Rio São Francisco, além de ser membro da comissão organizadora da Conferência Estadual do Meio Ambiente – Cema, prevista para ser realizada em Salvador no mês de março de 2008 com o tema “Aquecimento Global, Território e Sociedade”.

O Quadro 2 fornece uma visão de todas as ações que estão em andamento nas áreas dos projetos de irrigação pública estadual.

QUADRO 2

**ESTUDOS E PROJETOS PÚBLICOS ESTADUAIS DE IRRIGAÇÃO (EM ANDAMENTO)
BAHIA – 2007**

AÇÕES EM ANDAMENTO	CARACTERIZAÇÃO
Projeto de Irrigação de Paulo Afonso, no município de Paulo Afonso	Convênio com o Distrito de Irrigação de Paulo Afonso para serviços de reparos em obras e equipamentos e aquisição e montagem para reposição de peças e equipamentos no Projeto de Irrigação Paulo Afonso.
Sistema Rural de Abastecimento de Água do Vale do Curaçá, no município de Jaguarari	Recuperação do sistema rural de abastecimento de água para propiciar o funcionamento normal da estrutura de adução de água rural do Vale do Curaçá que é composta de 55.580 metros de adutora, sete reservatórios de 10m ³ , 2 reservatórios de 20m ³ , 20 bebedouros, 11 chafarizes, uma caixa de distribuição de 70m ³ , e uma estação de bombeamento com duas bombas de 50 CV com vazão de 44,82m ³ /h, atendendo 11 localidades, 307 domicílios, uma população de 2.595 habitantes e um rebanho (caprinos e ovinos) de 50.000 cabeças.
	Seleção de Associação para execução dos serviços de operação e manutenção do sistema rural de abastecimento de água para propiciar o funcionamento normal, sem paralisações, dessa estrutura de adução no Vale do Curaçá.

Continua

Continuação

AÇÕES EM ANDAMENTO	CARACTERIZAÇÃO
Projeto de Irrigação de Ponto Novo, no município de Ponto Novo	<p>Elaboração de contrato com a Mineradora Caraíba S.A. para o fornecimento de água bruta ao sistema rural de abastecimento de água em tela, uma vez que a água para suprir o sistema de adução é oriunda da adutora de propriedade da citada empresa.</p> <p>Convênio com o Distrito de Irrigação de Ponto Novo para os serviços de aquisição e montagem de materiais referentes a bancos capacitores e inversores de freqüência para dar suporte ao sistema elétrico do Projeto de Irrigação Ponto Novo.</p> <p>Processo licitatório para elaboração de projeto técnico para implantação de sistema de irrigação por microaspersão em 177 hectares visando complementação de área parcelar localizada em lotes de pequenos produtores do Projeto de Irrigação de Ponto Novo.</p> <p>Processo licitatório para fornecimento e montagem de sistema de irrigação por microaspersão em 177 hectares para complementação de área parcelar localizada em lotes de pequenos produtores do Projeto de Irrigação de Ponto Novo.</p> <p>Implantação de sistema parcelar na Área "B" do perímetro irrigado que irá atender 33 lotes, com uma área de 99 hectares beneficiando 33 famílias.</p>
Projeto de Irrigação Jacuípe, no município de Várzea da Roça	<p>Elaboração de convênio com o Distrito de Irrigação do Projeto Jacuípe para execução de serviços de desmatamento e limpeza de terreno, aração, aquisição, distribuição e incorporação de calcário no solo em 11 lotes parcelares de pequenos produtores, com área total de 33 hectares, no Projeto de Irrigação Jacuípe.</p> <p>Elaboração de processo licitatório para obras de infra-estrutura de irrigação (3 estações de pressurização, rede de adução de água, sistema viário, cercas, e rede elétrica) para permitir irrigar uma área de 162,0 hectares distribuídos em 54 pequenas propriedades.</p>
Projeto de Horticultura Irrigada da Bacia Sedimentar de Tucano nos municípios de Ribeira do Amparo, Cipó e Tucano	<p>Módulo Ribeira do Amparo – Elaboração dos termos de referência e especificações técnicas para o processo licitatório que possibilitará a implantação do projeto de irrigação para o módulo localizado no município de Ribeira do Amparo que terá uma área irrigada de 150 hectares e que beneficiará 100 famílias. Esse projeto faz parte do Projeto de Horticultura Irrigada da Bacia Sedimentar de Tucano e usará como fonte de água dois poços profundos que já estão perfurados.</p> <p>Módulo Ribeira do Amparo – Processo para criação de Lei que autoriza o Poder Executivo a conceder, a título gratuito, a pessoas físicas selecionadas através de pesquisa social, o Direito Real de Uso de 100 lotes agrícolas irrigáveis e 100 lotes residenciais, de propriedade do Estado da Bahia, e que está em análise pela Procuradoria Geral do Estado – PGE.</p> <p>Módulo Cipó – Processo de aquisição de imóvel para implantação de área irrigada de 150 hectares, que faz parte do Projeto de Horticultura Irrigada da Bacia Sedimentar de Tucano e usará como fonte de água dois poços profundos.</p> <p>Módulo Tucano – Convênio com o Distrito de Irrigação de Tucano para a aquisição e montagem de quadro de comando de energia elétrica para melhoria e equipamentos complementares da estação de bombeamento para possibilitar a operação do Projeto Tucano.</p>

Fonte: SEAGRI/SIR

4. REVITALIZAÇÃO DA ECONOMIA DA REGIÃO SUL DA BAHIA

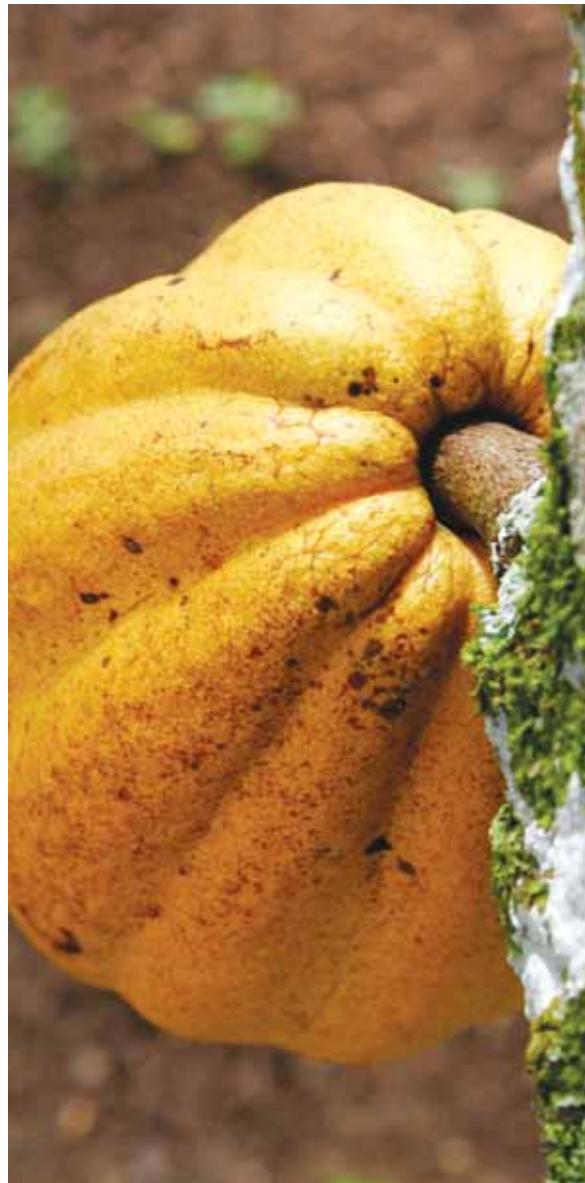
A Região Sul da Bahia tem passado por um processo de desagregação econômica, social, ambiental e cultural que teve início a partir de 1989 e se estendeu nas duas últimas décadas, decorrente de uma combinação de fatores adversos que ocorreram simultaneamente, afetando de forma desastrosa a sua principal atividade, ou seja, o agronegócio cacau, tendo a enfermidade vassoura-de-bruxa como a principal causa. A baixa produtividade das lavouras, os preços deprimidos no mercado internacional, condições climáticas desfavoráveis, incertezas técnicas quanto ao melhor método de controle da doença durante os primeiros anos de sua ocorrência e os custos de produção elevados foram os outros fatores que se somaram aos efeitos danosos da vassoura-de-bruxa, culminando com a maior crise registrada em toda história da cacaicultura baiana.

Ainda como agravante a esse quadro de problemas, áreas remanescentes do ecossistema Mata Atlântica, preservadas graças ao cultivo do cacau, também foram afetadas, com danos irreversíveis ao meio ambiente, devido à situação de quase abandono de muitas fazendas e a derrubada de árvores antes utilizadas no sombreamento do cacau, e a sua comercialização como forma de sobrevivência dos produtores.

Os impactos resultantes da crise levaram o Governo Federal a criar, em 1995, o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, destinando recursos para empréstimo aos produtores, da ordem de R\$ 340 milhões, acompanhados de facilidades como juros reduzidos, renegociação e alongamento de dívidas, bônus de adimplência, compartilhamento de riscos, dentre outras. Posteriormente, no Plano Safra 2004/2005 foram destinados R\$ 200 milhões pelo Governo Federal para o Programa de Fruticultura – Prodefruta, no qual estava inserido o cacau.

Essas medidas, contudo, não produziram resultados econômicos, em decorrência, principalmente, do uso de tecnologias ainda pouco testadas e validadas, agravando ainda mais o quadro de incertezas, devido ao aumento na taxa de incidência da doença e a forte redução da produtividade e da produção das lavouras.

A produção de cacau da Bahia, que na década de 80 era de 300 mil toneladas anuais, na safra 1999/2000 registrou uma



perda em relação àquele ano, superior a 70%, com uma produção de apenas 80 mil toneladas, evidenciando a gravidade da crise, com seus reflexos econômicos e sociais altamente negativos, incluindo a extinção de cerca de 250 mil postos de trabalho.

O programa foi reformulado a partir de 1997, com a adoção da clonagem, utilizando materiais genéticos de cacau tolerantes à vassoura-de-bruxa, selecionados pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac em programas de pesquisa na área de melhoramento genético, que passou a disponibilizar, a partir de 1998, os clones tolerantes e de alta produtividade.

Com a nova tecnologia da clonagem e adensamento das plantações, foram recuperadas, em 2007, cerca de 150 mil hectares de lavouras, com a produção se recompondo gradativamente, alcançando 140 mil toneladas por ano.

Análise realizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA permitiu identificar um grande número de problemas que impedem ou dificultam o desenvolvimento sustentável do agronegócio regional. Foram apontadas as principais causas do processo de desagregação, com destaque para as políticas públicas inadequadas às características regionais, a evolução do agronegócio abaixo de suas potencialidades, a dependência excessiva da agroeconomia regional de apenas uma alternativa econômica, a baixa organização do setor produtivo, a precariedade da infra-estrutura de apoio ao meio rural e a produção e a insegurança dos empreendedores quanto às questões fundiárias, ambientais e indígenas.

4.1 PAC-CACAU

Considerando os problemas identificados e com base nas recomendações da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis, através de seus Grupos Temáticos, o Governo Federal e o atual Governo da Bahia elaboraram, com a participação de representantes dos setores público e privado, inclusive dos produtores, o Plano Executivo do Programa de Aceleração do Desenvolvimento e Diversificação do Agronegócio na Região Sul da Bahia – PAC-Cacau.

O PAC-Cacau, a ser lançado brevemente pelo Presidente da República, tem uma visão de futuro, com objetivos e prioridades claramente definidos, bem como as medidas para sua implementação. Contará com uma injeção de R\$ 2 bilhões para a renovação dos cacauais em bases mais modernas e produtivas e a diversificação da atividade agrícola na região (Tabela 8), além da repactuação da dívida dos produtores de cacau, na ordem de R\$ 800 milhões.

4.1.1 Caracterização e Equacionamento da Dívida dos Cacaueiros

A dívida atual dos produtores, de acordo com levantamento feito pelo Banco do Brasil e pelo Banco do Nordeste, é da ordem de R\$ 800 milhões. Do total de 9.975 projetos elabo-

rados pela Ceplac, aproximadamente 80% são de pequenos e mini produtores. O seu equacionamento é condição indispensável para promover a revitalização da economia cacaueira, por isso, é parte integrante do PAC-Cacau.

Para restabelecer as condições de normalidade do produtor e alcançar a revitalização da economia regional, é de suma importância a renegociação das dívidas e abertura de novas linhas de crédito a fim de viabilizar a utilização da clonagem, adensamento das lavouras de cacau, diversificação da produção, agroindustrialização e agregação de valor às cadeias produtivas a serem implementadas.

4.1.2. Crédito Rural para Revitalização da Cacaueiro

O PAC-Cacau irá conferir prioridade para os investimentos em clonagem e adensamento; custeio agrícola e implantação de outras atividades alternativas, visando à diversificação da produção na região cacaueira, além de crédito para a industrialização.

Clonagem e Adensamento: A premissa básica para o agronegócio cacau readquirir competitividade é a oferta de crédito novo, acessível aos produtores, para que sejam feitos os investimentos visando à introdução de novas tecnologias, dentre as quais a clonagem e o adensamento

TABELA 8 RESUMO DOS RECURSOS DO PAC-CACAU BAHIA, 2007

ALTERNATIVAS AGRÍCOLAS	RECURSOS NECESSÁRIOS (R\$1.000,00)
Cacau (clonagem e adensamento)	975.006
Seringueira em Substituição a Eritrina no Cacau	157.450
Seringueira x Cacau em plantios simultâneos	512.880
Dendê para produção de Biodiesel	97.261
Fruticultura Tropical	91.354
Palmito Cultivado	164.130
TOTAL	1.998.082

Fonte: SEAGRI

das plantações de cacau com a utilização de clones desenvolvidos mais recentemente pela Ceplac, especialmente os autocompatíveis.

Com a implantação de mais 150 mil hectares de cacau e a realização do adensamento das plantações, serão incorporadas à produção atual, 180 mil toneladas, dobrando praticamente a produção brasileira, colocando o país novamente em posição de destaque no mercado mundial de cacau, gerando uma receita anual adicional de US\$ 324 milhões e criando 42 mil empregos diretos.

Os recursos necessários e que serão destinados pelos agentes financeiros para empréstimos aos produtores no período de 2007 a 2015 serão superiores a R\$ 975 milhões.

Custeio Agrícola: A manutenção das propriedades com um manejo adequado é de suma importância para alcançar produtividade e competitividade em níveis que permitam remunerar adequadamente os produtores e que lhes permitam saldar seus compromissos com os agentes financeiros. Os recursos necessários para custeio inicial que serão disponibilizados ano a ano e liquidados pelos produtores, durante o período de nove anos, correspondem a R\$ 180 milhões.

O Instituto Biofábrica de Cacau, organização social, sem fins lucrativos, com sede em Itabuna, mediante contrato de gestão com a SEAGRI, assumiu a responsabilidade de promover, criar, implantar e manter unidades de produção e multiplicação, em escala industrial, de material genético de alta qualidade e produtividade de cacau, e de outras culturas agrícolas consideradas alternativas para o ecossistema da Mata Atlântica do Estado da Bahia.

Com as estruturas existentes, constituídas de estufas, laboratório, galpões, salas de multiplicação e de preparo de substrato e com áreas de jardins clonais e viveiros, a Biofábrica está apta a produzir, distribuir e comercializar 50 mil mudas clonais por dia, atendendo plenamente a demanda do Programa, contando ainda com um moderno laboratório de cultura de tecidos, com capacidade de produzir cinco milhões de mudas micropagadas de banana e de outras espécies. A Ceplac é responsável pela seleção e liberação dos clones tolerantes à vassoura-de-bruxa e de alta produtividade, os quais são repassados à

Biofábrica para multiplicação e distribuição, através de venda subsidiada aos produtores.

4.2 ALTERNATIVAS AGRÍCOLAS E AGROINDUSTRIALIS

4.2.1 Seringueira

O Estado da Bahia produz atualmente 12 mil toneladas/ano de borracha seca, em uma área de aproximadamente 23 mil hectares, localizada na faixa litorânea que se estende desde o Território do Baixo Sul até o Território do Extremo Sul, ocupando a posição de terceiro produtor nacional em área plantada.

A Bahia possui um moderno *cluster* da borracha, com quatro indústrias de pneumáticos com capacidade para produzir 50 mil pneus/dia, gerando dois mil empregos diretos, além de indústrias de suporte (negro de fumo, arame para pneus), artefatos de borracha e três unidades de processamento com capacidade para beneficiar 26 mil t/a de borracha seca. Entretanto, a falta de uma política para investimentos em novos plantios e o avançado estado de envelhecimento dos seringais são indicadores da redução crescente da oferta de matéria-prima, o que certamente afetará o setor a médio e longo prazos, justamente no período em que o mercado mundial apresenta um crescimento da demanda superior à oferta, condição que vem elevando os preços do produto.

Os resultados favoráveis alcançados com o cultivo da seringueira em consórcio com outras espécies, principalmente com o cacau, sugerem o fomento de sistemas agroflorestais para geração de trabalho e renda com sustentabilidade ambiental. O PAC-Cacau destinará recursos da ordem de R\$ 512,9 milhões para o cultivo de 80 mil hectares de seringueira em plantio simultâneo com o cacau e cerca de R\$ 157,4 milhões para plantio de 20 mil hectares de seringueira em substituição a eritrina (árvore de sombra para o cacau).

Com a produção das áreas tradicionais e de novos plantios, a Bahia passará a produzir 126 mil t/a borracha seca e a produção de cacau nas áreas consorciadas será de 65 mil t/a. A renda nas áreas trabalhadas terá uma evolução estimada de R\$ 45 milhões para R\$ 530 milhões, com geração de 41 mil empregos diretos.

4.2.2 Dendê

Dentre as fontes de matéria-prima para produção de biodiesel no Brasil, o dendê é considerado como uma das mais viáveis, a médio e longo prazos, tendo em vista a sua produtividade em volume de óleo por hectare, a maior entre todas as oleaginosas. O agronegócio dendê, na Bahia, historicamente não conseguiu consolidar sua competitividade e o seu desenvolvimento, principalmente devido ao seu baixo desempenho produtivo e industrial, bem como pela ausência de uma política setorial adequada.

A área atualmente cultivada com dendê na Bahia é de aproximadamente 40 mil hectares, com uma produção de óleo em torno de 24 mil toneladas/ano e produtividade de 600 kg/ha. Essa situação pode ser alterada, passando-se para uma produtividade de 4.000 kg/ha de óleo, quase sete vezes a atual, utilizando novas tecnologias, especialmente material genético de qualidade superior, como o híbrido tenera.

A Bahia dispõe de aproximadamente 600 mil hectares de terras adequadas para o plantio de dendê, estendendo-se em toda faixa litorânea, desde o Recôncavo até o Extremo Sul do Estado.

Do ponto de vista social, a cultura do dendê é intensiva na utilização de mão-de-obra, especialmente na Bahia, onde todas as tarefas de campo são realizadas manualmente. Estima-se a ocupação de um trabalhador para cada dez hectares de área cultivada, constituindo-se em excelente alternativa para a agricultura familiar.

O Programa destinará cerca de R\$ 97,3 milhões para recuperação das áreas com dendê subespontâneo e para o plantio de 16 mil hectares de novos dendezais nos próximos quatro anos, prevendo-se um incremento de 800 t/ano de óleo à atual produção estadual já nos próximos dois anos e de 66 mil t/ano quando das estabilizações produtivas, que ocorrerão após o quinto ano do plantio, correspondendo a um acréscimo de aproximadamente 2,5 vezes em relação ao patamar produtivo atual que é de 182.117 t/ano.



4.2.3 Fruticultura

O segmento da fruticultura tropical será contemplado pelo Plano com o aporte de recursos da ordem de R\$ 91,4 milhões destinados a aumentar a área plantada com fruteiras em 2.500 hectares, que deverão gerar aproximadamente 6.250 empregos diretos no campo e nas indústrias de processamento. Serão estimulados os plantios de abacaxi, acerola, banana, cajá, coco, cupuaçu, graviola, goiaba, mamão e maracujá, bem como a agregação de valor através da agroindustrialização.

4.2.4 Palmito Cultivado

O cultivo da pupunheira para produção de palmito é uma atividade relativamente recente no Brasil. Em países como Costa Rica essa atividade foi desenvolvida a partir do final da década de 70 e no Brasil só na última década, com a implantação de várias áreas de cultivo, principalmente nos Estados do Pará, Bahia e São Paulo. Com essa nova estratégia de plantios comerciais e também por conta das legislações ambiental e sanitária, o agronegócio do palmito deixou de ser uma atividade extrativista para se tornar um

negócio altamente rentável, inclusive com grandes perspectivas de exportação.

Existem duas indústrias de grande porte instaladas na região, a Inaceres, no município de Uruçuca, e a Ambial, no município de Igrapiúna. A Inaceres já conta com 1,5 mil hectares cultivados, entre plantios próprios e de produtores integrados e avulsos, com capacidade de produção de 15 milhões de hastes de palmito por ano, com um potencial para implantação de 10 mil hectares.

Na Região do Baixo Sul, os produtores se organizaram formando a Cooperativa dos Produtores de Palmito do Baixo Sul, que congrega 103 cooperados, com área plantada de 133,5 mil hectares. O projeto empresarial do Grupo Odebrecht ocupa uma área de 400 hectares, dos quais 200 em parceria com pequenos produtores. Além desses, existem produtores avulsos nos municípios de Camamu, Ituberá, Igrapiúna e Teolândia, que congregam 219 famílias, em área de 867 hectares.

Existem outras oito pequenas indústrias em funcionamento na região, entretanto há uma ociosidade nessas indústrias, o que evidencia um grande potencial para expansão do cultivo.

O Plano destinará mais de R\$ 164,1 milhões para implantação de 9.000 hectares de novos plantios de pupunha, devendo gerar 2.000 empregos diretos e proporcionar um incremento de receita superior a 58 milhões de reais.

A SEAGRI mantém, no município de Camamu, uma Biofábrica de mudas de pupunha, oferecendo apoio aos produtores de palmito, distribuindo material genético de qualidade superior.

4.2.5 Agroindústrias

O PAC-Cacau prevê a criação de linhas de financiamento para implantação de agroindústrias de cacau, frutas e micro usinas para produção de óleo de dendê com vistas à produção de biodiesel.

5. DESENVOLVIMENTO VEGETAL

A Bahia obteve excelentes resultados nesta primeira safra de grãos que refletem não apenas as boas condições climáticas observadas nos Territórios de Identidade Oeste da Bahia e

Bacia do Rio Corrente, mas também a valorização dos preços externos para os produtos agrícolas que compõem a pauta de exportação que estimularam os agricultores a ampliarem suas áreas de cultivo.

5.1 SOJA

A área cultivada com soja é de 851 mil hectares, 2,4% inferior à safra passada, que foi de 872,6 mil hectares. A redução da área deveu-se, em grande medida, aos preços baixos do produto na época da implantação da cultura, levando os agricultores a cederem espaço para o plantio de milho e algodão. Apesar da redução da área cultivada e diminuição da utilização de pacote tecnológico, em decorrência da crise enfrentada pelos produtores na safra passada, as boas condições climáticas favoreceram a produtividade média de 2.282 kg/ha para 2.700 kg/ha, ou seja um incremento de 18,3%, elevando a produção de 1,9 milhão de toneladas para aproximadamente 2,3 milhões de toneladas.

5.2 MILHO

É indiscutível a contribuição do Território de Identidade Oeste Baiano na produção de milho de sequeiro e irrigado. Ocupando uma área de 180 mil hectares, o que representa 51% da área cultivada do Oeste baiano, a produção de milho na região atingiu um milhão de toneladas, representando 88% da produção total da primeira safra do Estado. Contrariamente, no Território de Irecê, segundo mais importante polo produtor de milho, as condições climáticas adversas frustraram as expectativas dos produtores, que amargaram, segundo dados da EBDA, uma perda aproximada de 50,7%. Dos 153 mil hectares plantados, a região perdeu 76,6 mil hectares.

5.3 CAFÉ

O Governo da Bahia promoveu a discussão política do agronegócio café com a realização do 8º Simpósio Nacional do Agrocafé em Salvador, em março de 2007, que reuniu mais de 400 representantes de todos os segmentos da cafeicultura nacional e apoiou o VII Encontro da Cafeicultura Irrigada do Cerrado da Bahia, realizado em Luís Eduardo Magalhães, em abril deste ano, envolvendo um público de mais de 200 técnicos e produtores, para discutir o uso de tecnologias, pesquisas e custos de produção voltados para a cafeicultura empresarial da região.



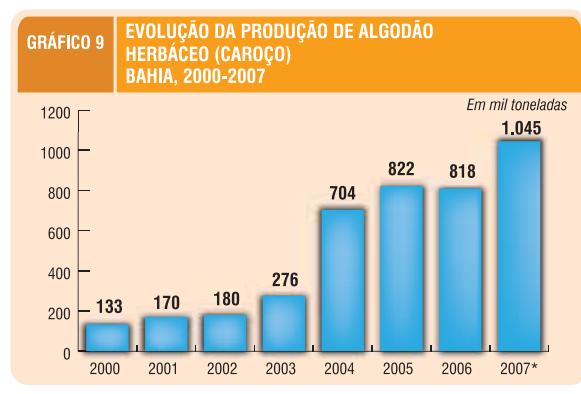
Mais de quatro mil produtores dos municípios de Bonito, Utinga, Mucugê, Ibicoara, Seabra, Iraquara, Lençóis, Piatã, Planalto e de Barra do Choça participaram dos dias-de-campo, cursos para capacitação, seminários e execuções promovidos pela SEAGRI.

O acompanhamento da safra cafeeira está sendo efetuado pelos técnicos da EBDA com três levantamentos anuais envolvendo uma amostragem em 326 propriedades. Hoje a Bahia ocupa o quarto lugar no *ranking* da produção nacional, de acordo com as estatísticas e informações da Conab, atingindo uma produção de 2,2 milhões de sacas/ano.

5.4 ALGODÃO

A cultura do algodão no Estado da Bahia está concentrada no Território Oeste Baiano, principalmente nos municípios de São Desidério, Luís Eduardo Magalhães, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Correntina e Riachão das Neves, em escala empresarial, ocupando uma área de 300.376 hectares em 2007, e tem crescido de forma sustentável ao longo dos últimos anos,

conforme demonstrado no Gráfico 9, posicionando o Estado como o segundo maior produtor de algodão do país. Com uma produção estimada de, aproximadamente, um milhão de toneladas de algodão em caroço, apresentou um dos melhores indicadores de produção e produtividade do Brasil, aliada à qualidade da fibra que, a cada dia, se aproxima mais das exigências tecnológicas e industriais dos demandantes internacionais.



Esse desempenho foi motivado não apenas pelo profissionalismo e pelo elevado nível organizacional do setor produtivo, como também pelas ações decorrentes de programa de incentivo para a cultura do algodão. A região tira o melhor proveito dos incentivos por meio do Fundo de Desenvolvimento para o Agronegócio do Algodão – Fundeagro, que fortalece ações de pesquisa agrícola, defesa fitossanitária, monitoramento ambiental e promoção do agronegócio.

Acompanhando esse crescimento, a Região Oeste detém, hoje, um parque industrial composto de 53 usinas de beneficiamento e de empresas especializadas em exportação, quatro empresas de esmagamento de caroço de algodão, cuja produção atinge 600 mil toneladas/ano.

Além do Oeste Baiano, o algodão é cultivado, em escala de agricultura familiar, nos municípios das Regiões Sudoeste e Médio São Francisco, alguns deles integrantes do Vale do Iuiú, onde ainda representa a principal atividade econômica.

Em meados dos anos 90, a produção algodoeira baiana migrou dessas regiões para o Oeste, causando transtornos de ordem econômica, financeira e social para toda a região; muito embora tenha retornado a produção em anos subsequentes, sem, contudo, ter conseguido a sua normalidade de produção, principalmente pela desorganização do setor produtivo.

Diante desse quadro, o Governo da Bahia, por meio da Secretaria da Agricultura, planejou com diversos parceiros ações de fortalecimento dessa cultura, buscando soluções para os tradicionais problemas. A primeira delas foi a realização do seminário “Desafios da Cadeia Produtiva do Algodão”, entre os dias 8 e 9 de agosto, no município de Guanambi, com o objetivo de estabelecer um mecanismo constante de transferência de tecnologias, atualização, reciclagem e informações aos agricultores familiares.

Participaram do evento mais de 500 agricultores familiares e diversas entidades envolvidas com a cotonicultura e com o desenvolvimento sustentável da região. No último dia do evento, realizou-se um *workshop* que definiu pela implementação de um programa que viabilizasse a recuperação das atividades produtivas do algodão na região, tomando como base uma contextualização de produção que priorizasse a sustentabilidade econômica, social e ambiental, objetivando gerar receita para a agricultura familiar.

Lançado pelo Governo no mês de outubro último, o Programa do Algodão para o Vale do Iuiú baseia-se, fundamentalmente, na incorporação de tecnologias adequadas de manejo de solo e no uso de variedades adaptadas ao ecossistema da região. Apresenta, ainda, uma ação abrangente de valorização da agricultura familiar, de capacitação intensiva dos produtores e seus familiares e de uma atenção especial no controle fitossanitário e no monitoramento ambiental, bem como no tratamento diferenciado do crédito rural.

O Programa deverá beneficiar 700 agricultores familiares que possuem área total de até 20 hectares, sendo que cada produtor receberá insumos e serviços para cultivar três hectares, totalizando uma área do Programa de 2.100 hectares. Nesse primeiro ano, estão sendo beneficiados oito municípios: Palmas de Monte Alto, Malhada, Iuiú, Urandi, Guanambi, Brumado, Livramento de Nossa Senhora e Pindaiá.

Os produtores selecionados com esse Programa estão tendo acesso a: organização social através de oficinas tecnológicas, preparo do solo, incluindo subsolagem, assistência técnica e extensão rural, capacitação, pesquisa agrícola, defesa fitossanitária, incentivos do Proalba, kit produtividade para o cultivo (sementes de algodão, produtos para o controle fitossanitário,



fertilizante químico, equipamento de proteção individual, pulverizador costal de 20 litros e um pluviômetro).

A expectativa é de que, até agosto do próximo ano, o Programa de Algodão do Vale do Iuiú obtenha os seguintes resultados:

- Produção de 315 mil arrobas de algodão em caroço;
- Receita bruta total de R\$ 5,4 milhões;
- Produção de 120 mil arrobas de algodão em pluma;
- Produção de 2,3 mil toneladas de torta;
- Produção de 260 toneladas de óleo bruto;
- Geração de três mil novos postos de trabalho;
- Geração de receita familiar de R\$ 7,5 mil/ano.

Para atingir os objetivos do Programa estão sendo investidos cerca de R\$ 3,5 milhões, oriundos do Fundo de Combate à Pobreza – Funcep e mais R\$ 510 mil para pesquisa, defesa fitossanitária, *marketing* e apoio operacional através do Fundo de Desenvolvimento para o Agronegócio do Algodão – Fundeagro.

Além dessas ações, a Secretaria da Agricultura reativou o funcionamento da Câmara Consultiva do Algodão – CCA, fórum máximo da discussão dos temas relacionados com a cotonicultura, onde são definidas as diretrizes para essa atividade no Estado, bem como as ações para o controle fitossanitário, pesquisa agrícola, monitoramento ambiental e promoção do agronegócio.

5.5 NOSSA FIBRA

O Programa Nossa Fibra, iniciado em 2005, é executado pela EBDA, tendo como parceiros a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – Adab, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, prefeituras municipais e associações de agricultores, com objetivo principal de recuperar a cultura do sisal nas principais regiões produtivas do Estado.

Em 2007, o Programa, que tem como principais metas o incremento da produtividade e o aproveitamento do resíduo do sisal na adubação orgânica e na alimentação animal, reduziu sua área de atuação, visando uma maior concentração de esforços e obtenção de melhores resultados. Assim, o número de municípios foi reduzido de 50 para 35, todos localizados na região sisaleira da Bahia, nos pólos Piemonte, Nordeste e Paraguaçu, beneficiando 5.900 produtores familiares, através de 125 associações de produtores rurais.





5.6 NOSSA RAIZ

Para aumentar a eficiência dos diversos segmentos da cadeia produtiva da mandioca, visando o incremento de produção, de produtividade e o grau de industrialização de 47 municípios de duas importantes regiões produtoras (Recôncavo Sul e Baixo Sul), o programa já beneficia diretamente 5,4 mil pessoas.

Os agricultores familiares beneficiários recebem assistência técnica e extensão rural, através de visitas técnicas com atendimento individual, e participam da demonstração de métodos e práticas, treinamentos de mão-de-obra, dias de campo, seminários, conhecem os resultados da pesquisa e as unidades didáticas de processamento da farinha e recebem kit produtividade, com o objetivo de melhorar as condições de produção e beneficiamento da cultura da mandioca.

Foi realizada a colheita de 26 Unidades de Experimentação e Demonstração da Mandioca, com avaliação do peso de raiz, produtividade, comportamento das variedades, constando o aumento de produtividade em no mínimo 40%, chegando a atingir 20 toneladas por hectare em função das tecnologias adotadas (seleção de manivas, adubação fosfatada, espaçamento e introdução de variedades mais produtivas). Foram entregues às associações de agricultores familiares em torno de 200 toneladas de fertilizante superfosfato simples para o plantio de inverno.

O campo de multiplicação de 1,5 hectare de maniva-semente no município de Ituberá, com variedades validadas pela pesquisa e doadas pela Cooperativa dos Produtores do Município de Presidente Tancredo Neves – Coopatan, vai atender os produtores da safra 2007/2008.

5.7 TERRA FÉRTIL

O Projeto Integrado de Revitalização da Agricultura Familiar na Região de Irecê – Terra Fértil busca a valorização da agricultura familiar predominante em todo o Território de Irecê. Através da EBDA, 903 agricultores foram assistidos com atividades de assistência técnica e elaboração de projetos de crédito rural, além de incentivos à diversificação das vocações como instrumento de equilíbrio da produção.

Ações estruturantes, como água e energia, são fundamentais para a obtenção de resultados positivos pelos agricultores familiares, sendo realizadas alocações de barragens, perfuração, eletrificação e instalação de poços visando à irrigação, ao abastecimento humano e animal.

O Projeto Terra Fértil é executado pela EBDA e tem como parceiros a CAR, Cerb, SEINFRA, Banco do Brasil e Desenbahia, sendo que os dois últimos agentes financiam as obras de eletrificação através do "Programa Luz para Todos" e as obras civis das unidades de resfriamento de leite. Duas pequenas fábricas de ração para uso coletivo estão sendo implantadas na região.

5.8 BAHIA CITROS

O Programa de Revitalização da Citricultura – Bahia Citros, implementado pela EBDA, está transformando a citricultura

em uma atividade economicamente viável. O Programa vem despertando o interesse dos agricultores familiares: houve um aumento significativo de áreas com implantação de novos pomares, chegando a aproximadamente 1.500 hectares no ano de 2007.

Em apoio ao Programa estão em funcionamento três bases físicas para a produção de borbulhas cítricas em ambiente protegido, sendo duas no Território do Litoral Norte (Alagoinhas e Rio Real), e uma na Recôncavo Sul (Conceição do Almeida), que colocam à disposição dos viveiristas de mudas cítricas borbulhas de qualidade genética e com sanidade garantida para o novo sistema de cultivo de citros. Cada unidade de produção de borbulhas cítricas é constituída por 3.720 plantas cítricas e porta-borbulhas das variedades de: Laranja Pêra, Laranja Baianinha, Laranja Salustiana, Laranja Pineapple, Laranja Lima, Lima ácida Tahiti e Tangerinas Poncan, Mexerica e Murcote, tendo como porta-enxertos o limão cravo.

Em Rio Real, a Estação Experimental está produzindo 19 variedades de citros, e o primeiro corte de hastes foi realizado em abril, disponibilizando 60 mil borbulhas. O segundo corte ocorreu em julho, oferecendo 110 mil borbulhas e o terceiro realizado a partir de setembro com o fornecimento de 200 mil borbulhas aos 72 viveiristas associados e cadastrados. Atualmente as plantas se encontram com bom aspecto vegetativo, nutricional e fitossanitário.



Ao longo de 2007, o Programa ainda contou com as seguintes ações:

- assistência técnica a 3.113 agricultores familiares;
- aplicação de 769 toneladas de calcário dolomítico e gesso agrícola;
- produção de 400 mil borbulhas cítricas;
- recuperação de 984 hectares de solos coesos;
- elaboração de 435 projetos de crédito no valor de R\$ 3 milhões;
- geração de dois mil empregos diretos

5.9 OLERICULTURA

Em 2007 os trabalhos com olericultura – ramo da horticultura que abrange o cultivo de espécies de plantas comumente conhecidas como hortaliças – foram executados nas regiões de Alagoinhas, Barreiras, Caetité, Feira de Santana, Irecê, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Seabra e Vitória da Conquista, com destaque para as culturas do alho, cenoura, tomate, pimentão, chuchu, cebola e folhosas.

A EBDA levou assistência técnica a 100 agricultores familiares que trabalham com alho nos municípios de Boninal e Novo Horizonte, permitindo que esses produtores tivessem aumento significativo, tanto na qualidade do alho produzido, como na produtividade, com o cultivo da variedade nobre – roxo pérola de caçador, recomendada pelas pesquisas.

A produção de alho em Cristópolis e Cotelipe, no Extremo Oeste do Estado da Bahia, deve alcançar uma de suas melhores colheitas dos últimos anos, com 120 hectares plantados: a produção da safra 2007 foi de aproximadamente 1.000 toneladas, alcançando uma produtividade de oito toneladas por hectare.

O avanço na produção de alho é resultado do apoio técnico da EBDA, em parceria com a Embrapa Hortalícias, através da adoção de sementes livres de vírus, técnicas de espaçamento que aumentam a produção, assistência técnica continuada e capacitação dos produtores.

Um intercâmbio entre agricultores familiares produtores de alho do município de Mirangaba, Associação de Produtores Rurais do Vale de Taquarendi e Caatinga do Moura e de Cabaceiras (Estado da Paraíba) serviu para demonstrar o uso das tecnologias empregadas nessa área, especialmente o emprego da tecnologia de vernalização de alhos nobres.

A realização de seis cursos de manejo agroecológico beneficiou 120 agricultores familiares de Mata de São João, Camaçari e Dias D' Ávila, capacitando-os a utilizarem insumos orgânicos com a finalidade de preservar o meio ambiente. Visando agregar mais valor aos produtos, foi realizado um curso de processamento de olerícolas, contando com a presença de 20 agricultores familiares em Lapão.

5.10 CANA-DE-AÇÚCAR E DERIVADOS

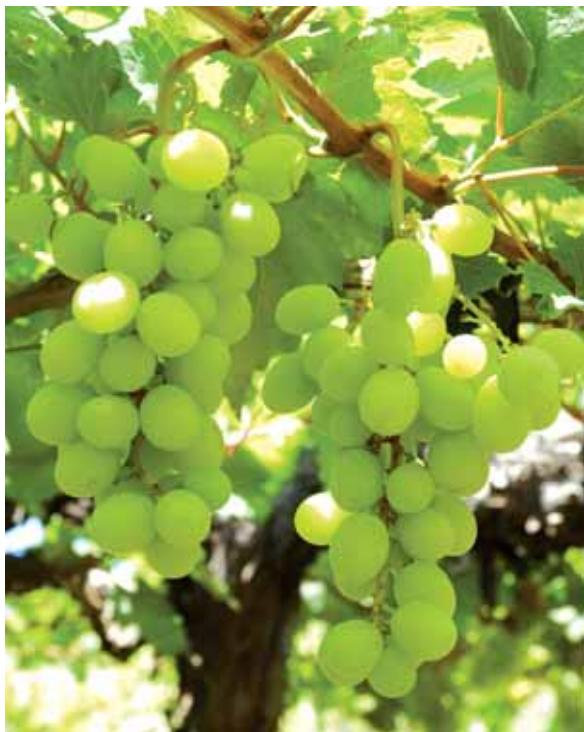
A Bahia é o segundo maior produtor de cachaça de alambique do Brasil, com mais de seis mil estabelecimentos, gerando aproximadamente 25 mil empregos diretos na produção de cachaça, rapadura e açúcar mascavo. A atividade se desenvolve principalmente em micro e pequenas unidades agroindustriais, cujo conhecimento tecnológico de processamento é transmitido através das gerações.

A organização do setor produtivo, cujos produtores têm características familiares, o apoio tecnológico e o incentivo à exportação de cachaça consolidarão este importante agronegócio e trarão benefícios para toda cadeia produtiva e para a economia dos principais municípios produtores (Barra, Itarantim, Itanhém, Abaíra, Jussiape, Mucugê, Piatã, Ibicoara, Iraquara, Santana e Livramento de Nossa Senhora).

A Superintendência de Desenvolvimento Agropecuário – SDA, articulou apoio com diversos parceiros e a EBDA está coordenando o Programa de Revitalização da Cana-de-Açúcar e seus derivados, que prevêem a aplicação de R\$ 1 milhão, beneficiando agricultores familiares, suas associações e cooperativas.

Entre as ações do Programa de Revitalização da Cana-de-Açúcar, destacam-se:

- Aquisição de equipamentos para modernização de 11 unidades comunitárias de produção de cachaça;
- Capacitação de produtor em tecnologia de produção e associativismo;
- Elaboração de sistema de produção de cana-de-açúcar;
- Introdução de variedades mais produtivas;
- Identificação e quantificação das unidades coletivas e individuais de processamento;
- Realização de levantamento das unidades coletivas a serem reformadas e modernizadas.



5.11 FRUTAS

A fruticultura está presente em todas as regiões da Bahia, com pólos consolidados e bem estruturados para exportação de frutas tropicais e temperadas. Com uma produção de 4,9 milhões de toneladas e uma superfície cultivada de 300 mil hectares, dos quais 90 mil hectares são irrigados (onde os índices de produtividade alcançados estão entre os maiores do país), a fruticultura baiana gerou, em 2007, uma receita anual de US\$ 138,5 milhões com exportações 20% superiores ao faturamento de 2006.

O Estado da Bahia possui aproximadamente 112 mil km² de terras com aptidão para a cultura do caju, reunindo as condições ideais para o seu desenvolvimento. No entanto a atividade se apresenta com pouca expressividade no ranking nacional, pois, apesar da relevante quantidade de castanha produzida (aproximadamente 20.000 t/a), ela é quase toda vendida para outros estados do Nordeste, retornando já beneficiada e com preços bastante superiores ao produto *in natura*. Quanto ao pseudofruto (pedúnculo), parte suculenta com que se produz sucos, são perdidas grandes quantidades no campo por falta de organização da produção e também por falta de processadoras locais.

Está em fase de planejamento, com a Fundação Banco do Brasil, a elaboração de um Projeto de Beneficiamento Integral do Caju com o objetivo de fomentar o desenvolvimento regional, mediante o incentivo ao beneficiamento do pedúnculo e da castanha nos municípios produtores e também nas proximidades das indústrias de processamento da castanha instaladas.

A produção de pedúnculo alcança um volume de cerca de 180 mil t/ano. O aproveitamento integral da castanha e do pedúnculo pode gerar uma receita adicional expressiva para os que exploram esta atividade, produtores e indústria.

Entre as ações do Projeto de Beneficiamento Integral do Caju, destacam-se:

- Contrato de parceria entre as indústrias e os produtores;
- Construção de unidades para a recepção e seleção das frutas;
- Capacitação dos produtores para a colheita, seleção e embalagem das frutas;
- Aquisição de material para o transporte dos produtos sem danos mecânicos;
- Construção de câmaras de resfriamento para o armazenamento do fruto;
- Produção de mudas de variedades precoce de alta produtividade.

Já em relação ao mamão, a Bahia é o primeiro produtor nacional do fruto, atingindo 890.317 toneladas em 2007.

A Empresa Bello Fruit, localizada no Extremo Sul da Bahia, iniciou em janeiro a exportação de mamão para os Estados Unidos. A empresa participa do Programa de Produção Integrada de Mamão, coordenado pela Embrapa e executado pela EBDA e Adab, em parceria com o Sebrae. Outras empresas do ramo se preparam para as exportações, a exemplo da Nova Estrela, Gondo e Guairá que já foram auditadas pelo Ibametro e receberam o certificado de Produção Integrada de Fruteiras – PIF, emitido pelo Governo Federal.

As uvas de mesa e as mangas produzidas no Vale do São Francisco foram destaques nas 120 rodadas de negociação que aconteceram durante a Feira Nacional da Agricultura Irrigada em Juazeiro. Estas frutas estão sendo exportadas para os exi-

gentes mercados norte-americano e europeu, além de abastecer os mercados estadual e nacional.

A região produziu 120,6 mil toneladas de uva e 448 mil toneladas de manga, e os produtores devem exportar 20% da produção. Dez produtores da região do Vale do São Francisco receberam o certificado de qualidade do Ibametro, o que lhes assegura condições favoráveis para exportar os produtos de acordo com as normas internacionais.

A cultura do rambutão está sendo sugerida pela EBDA aos agricultores familiares. Esta fruta tem sabor semelhante ao da uva e já vem sendo cultivada nos municípios de Ituberá, Ilhéus e Una. Os resultados dos trabalhos de pesquisa da EBDA apontaram para a seleção de genótipos com características horticulturais superiores para serem utilizados nos plantios.

5.12 DEFESA SANITÁRIA VEGETAL

Com extensão territorial de 56 milhões de hectares, uma população rural de mais de 4,6 milhões de habitantes, a maior do país, mais de 699 mil estabelecimentos rurais, e com valor bruto da produção agropecuária superior a R\$ 15 bilhões, a Bahia tem se dedicado politica e tecnicamente ao desenvolvimento da agropecuária, notadamente ao segmento da Defesa Sanitária Vegetal, acompanhando as tendências na harmonização de procedimentos e exigências legais nas trocas comerciais, enfim, sendo um grande ator nesse processo da globalização, priorizando também, acima de tudo, os aspectos do mercado interno, a transversalidade dos programas estruturantes e a inclusão social através da agricultura familiar.

Nesse sentido, tem atuado de forma decisiva na obtenção de regulamentos fitossanitários atualizados e transparentes, na aplicação dos processos de conformidade, qualidade e sanidade dos produtos agrícolas, sem perder de vista a preocupação permanente com a redução do impacto ambiental nas áreas de produção.

Deste modo, a Bahia tem procedido de forma exemplar na área da Defesa Sanitária Vegetal, estabelecendo instrumentos capazes de vencer os novos desafios do agronegócio e da agricultura familiar, implantando, no ano em curso, programas importantes no semi-árido, a exemplo da prevenção e controle da podridão vermelha do sisal e do controle da cochonilha do

carmim, ambos de grande apelo social e econômico e acelerando os demais existentes sintonizados com o Departamento de Sanidade Vegetal do MAPA.

Os resultados da Defesa Sanitária Vegetal são fruto da execução das atividades pela Adab e tiveram como suporte o Ministério da Agricultura, a Federação da Agricultura e Pecuária – Faeb e a iniciativa privada, demonstrando, de forma clara e transparente, os avanços apresentados, na medida em que se projeta um cenário otimista para o campo nos próximos cinco anos, com aumento da área plantada e da produtividade, cujo alicerce é permeado, sem dúvida, pela Defesa Sanitária Vegetal.

5.12.1 Certificação Fitossanitária de Origem

Seguindo as novas exigências dos mercados consumidores, a Certificação Fitossanitária de Origem – CFO garante que os produtos baianos sejam comercializados em outros Estados ou países, e que o consumidor final adquira produtos agrícolas de elevado nível de qualidade e sem resíduos de agrotóxicos.

O processo de certificação fitossanitária de origem conta atualmente com 1.910 engenheiros agrônomos aptos para trabalharem legalmente nessa atividade. Este ano, a Adab promoveu o 14º curso para a capacitação e reciclagem de profissionais que atuam na área, inclusive atendendo demanda da Cooperativa de Produtores de Frutas de Bom Jesus da Lapa.

5.12.2 Controle da Ferrugem Asiática da Soja

A área semeada com soja na safra 2006/2007 representou aproximadamente 52% de toda área cultivada no cerrado do oeste baiano, (851.000 ha), alcançando 2,3 milhões de toneladas, e uma produtividade de 2.700 kg/ha. Comparativamente à safra do ano anterior, houve um aumento da produtividade na ordem de 26,3% (38 sacos/ha para 48 sacos/ha) e incremento da produção em 15,7%, ressaltando-se, nesse aspecto, a contribuição efetiva do controle da ferrugem asiática. O volume da produção da safra de 2005/2006 foi de 1.983,6 mil toneladas.

O primeiro registro da ferrugem ocorreu na segunda quinzena de dezembro de 2006, no município de Barreiras. A ocorrência de ferrugem no mês de dezembro pode ser atribuída às

condições climáticas (antecipação de chuvas), e foi registrada em todos os municípios produtores de soja em lavouras comerciais a partir do estado reprodutivo.

A ocorrência da ferrugem nessa safra variou em função da região, resultando numa média de 2,5 aplicações de defensivos para seu controle. O produtor realizou o monitoramento de suas lavouras para diagnose rápida da ferrugem, contando com o apoio dos laboratórios localizados em Barreiras, Luis Eduardo Magalhães e Correntina. Foram analisadas 3.374 amostras, sendo confirmada a ferrugem em 2.287 amostras, a menor ocorrência no Brasil em número de focos.

Como parte do programa de controle da ferrugem da soja, foram instalados os Ensaios em Rede, visando testar a eficiência dos fungicidas registrados ou em fase de registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e os resultados obtidos foram disponibilizados à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa/Soja, que realizará análises conjuntas com resultados provenientes de outros Estados produtores de soja, finalizando com uma proposta de nova tabela de fungicidas para o controle da ferrugem.

Na safra 2006/2007 foram treinadas 642 pessoas ligadas ao agronegócio soja na região oeste da Bahia, capacitando técnicos e produtores para a identificação de sintomas das pragas que afetam a cultura do algodão e as medidas para o controle.

Em atendimento à Instrução Normativa nº 2, de 29 de janeiro de 2007 do MAPA, foi criado o Comitê Estadual do Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja em maio de 2007, que decidiu pela realização de um levantamento para verificar a ocorrência da doença no Oeste, e avaliar a necessidade ou não da implantação do Vazio Sanitário, caracterizado pela ausência total de plantas vivas durante período de 60 dias para erradicação da ferrugem.

Assim, em face dessa conjuntura, foi editada a Portaria nº 623 pela Adab em outubro deste ano, que determinou o estabelecimento do Vazio Sanitário para a cultura da soja no Oeste no período de agosto a outubro de cada ano, a partir do ano de 2008, quando todos os proprietários, arrendatários ou ocupantes a qualquer título de propriedade deverão se cadastrar junto a Adab e assumir a obrigatoriedade de realização do monitoramento para detecção da ferrugem asiática em suas

lavouras, assim como atender às recomendações técnicas quanto ao manejo fitossanitário.

5.12.3 Controle Fitossanitário do Algodão – Proalba

A cultura do algodão na Bahia apresenta um crescimento expressivo de área plantada ($\pm 10\%$ ao ano), e melhoria de produtividade e de qualidade de fibra. Na região Oeste do Estado, se desenvolve uma cotonicultura empresarial do mais alto nível, com perspectivas de alcançar, ou mesmo ultrapassar, o Mato Grosso, atual maior produtor.

As ações dos setores público/privado levaram à criação do selo Pure Cotton Brazil, que colocou 18 milhões de peças têxteis no mercado americano fabricadas com o algodão da Bahia.

O Programa de Incentivo à Cultura do Algodão – Proalba dá até 50% de incentivo fiscal do ICMS devido para os produtores que desenvolvem a cultura no território baiano.

O impacto do Proalba tem sido positivo, especialmente quanto ao cumprimento das normas da defesa fitossanitária que preconizam e exigem: uso de sementes certificadas; plantio concentrado; uso e armazenamento correto dos agrotóxicos; devolução das embalagens vazias; rotação de culturas e destruição dos restos culturais pós-colheita. Para se ter uma ideia da receptividade do cotonicultor baiano às ações do Programa, destaca-se um cumprimento de 97,5% das datas-limites de plantio e de 87,8% no arranque e destruição das soqueiras, na safra 2006/2007. A Tabela 9 informa o número de propriedades e área acompanhados pelo Programa.

**TABELA 9
ACOMPANHAMENTO DO PROALBA NAS
REGIÕES OESTE E SUDOESTE – SAFRA
BAHIA, 2006/2007**

REGIÕES	INSCRITOS	
	Nº DE PROPRIEDADES	ÁREA (ha)
OESTE	174	215.377
SUDOESTE	25	16.250
TOTAL	199	231.627

Fonte: SEAGRI/Adab

5.12.4 Fiscalização do Comércio e Uso de Agrotóxicos

O cumprimento das exigências legais relacionadas à atividade comercial e aplicação de agrotóxicos é da responsabilidade da Adab, que fiscaliza sistematicamente os estabelecimentos de revenda e as propriedades rurais, com foco na devolução de embalagens vazias de agrotóxicos.

Essas atividades foram realizadas durante o ano inteiro em todo o Estado, dando-se maior ênfase para as regiões onde existe uma maior concentração de atividade agrícola.

Atualmente, 211 estabelecimentos comerciais estão credenciados a comercializarem uma lista de 1.022 produtos agrotóxicos autorizados. Até o ano de 2006, existiam 177 estabelecimentos credenciados e a lista contemplava 1.053 produtos.

5.12.5 Prevenção à Sigatoka Negra na Banana

A cultura da banana no Estado da Bahia ocupa atualmente uma área plantada de 84.548 hectares, com produção de 1.258.036 toneladas e produtividade média de 14,88 t/ha, o que confere ao Estado o *status* de maior produtor nacional, ressaltando que 60% da produção são provenientes da agricultura familiar.

A bananicultura é uma atividade muito importante tanto para o agronegócio do Estado como também para o pequeno agricultor, visto que é praticada em todas as regiões, inclusive no semi-árido, tornando-se essencial na geração de emprego, renda e ainda servindo de alimento básico para a população carente. A banana é uma fruta que produz o ano inteiro, proporcionando ao pequeno produtor renda contínua.

A Sigatoka Negra é a mais grave doença da bananeira no mundo e a Bahia foi nomeada a primeira área livre do Brasil, apesar do clima favorecer o desenvolvimento do fungo e as nossas cultivares serem, na maioria, suscetíveis à praga.

Outro desafio a enfrentar é a manutenção do *status* de Área Livre de Sigatoka Negra e a caracterização da Bahia como Área Livre do Moko da Bananeira, evitando assim a entrada dessas duas pragas no nosso Estado. Nesse sentido, a Adab intensificou os trabalhos de treinamento e capacitação de



técnicos e produtores para a identificação de sintomas das pragas e seu controle.

A SEAGRI realizou o levantamento fitossanitário da cultura da lavoura, passando de 2.703 propriedades comerciais em 2006 para 4.100 propriedades em 2007, proporcionando um incremento de 65,9% no ano em curso.

Foram intensificadas as ações de fiscalização no trânsito de vegetais, evitando o retorno à origem de qualquer material que serviu para o acondicionamento de frutos de banana como caixas de madeira, papelão ou material similar, seguindo a Portaria Estadual nº 235 de setembro de 2004, além da exigência da documentação sanitária e origem do material vegetal transportado.

Em 2007, a Adab iniciou o monitoramento das propriedades rurais com produção não comercial e as zonas urbanas e propriedades às margens das estradas, além do levantamento fitossanitário das novas áreas de plantio de banana com fins comerciais.

5.12.6 Controle da Podridão Vermelha da Cultura do Sisal

A Bahia produz 87% do sisal nacional e assegura ao Brasil a posição de maior exportador mundial – a produção mundial é de 250 mil toneladas (Apex 2007). A produção nacional é de 205 mil toneladas e os dados atuais revelam que a Bahia deverá produzir neste ano 238.644 toneladas de fibras de sisal. O preço do sisal no mercado, atualmente, está em torno de R\$ 1,40/kg e é bastante animador, contribuindo para a revitalização da atividade.

Apesar de o sisal ser bem resistente ao ataque de pragas em função da estrutura das folhas e da rusticidade natural da planta, que lhe confere uma incomum proteção, tem sido constatada a incidência da podridão vermelha que afeta o pseudo-caule até atingir a base da planta, induzindo uma coloração avermelhada à fibra. Uma vez infectada, a planta fica amarelada, murcha, o tronco apodrece e se desprende facilmente do chão, levando-o à morte.

Deste modo, a Adab iniciou, em 2007, o monitoramento da doença em propriedades da microrregião de Serrinha, envolvendo 16 municípios produtores de sisal, para avaliar o progresso da podridão vermelha e o arranjo espacial das plantas afetadas nas estações secas e chuvosas, visando caracterizar a dinâmica da doença e avaliar os gradientes de dispersão.

O mapeamento da podridão vermelha no Território do Sisal revelou que o índice de plantas infectadas na região Semi-Árida já atingiu 33%, considerado alto para uma doença tão devastadora, remetendo à Adab a busca de métodos eficientes para o controle da doença e o estudo epidemiológico, oferecendo ao produtor ferramentas importantes para a definição de estratégias de manejo do sistema de produção.

5.12.7 Controle de Moscas-das-Frutas

Consideradas as mais temíveis pragas da fruticultura mundial, as moscas-das-frutas são responsáveis por prejuízos na ordem de um milhão de dólares, pois reduzem drasticamente a produtividade, exigem a adoção de medidas de controle químico nos pomares, através da aplicação de agrotóxicos, e ainda comprometem a qualidade dos frutos, muitas vezes tornando-os impróprios para o consumo.

Além dos danos diretos à produção, essas pragas constituem-se, ainda, no maior entrave quarentenário para exportação de frutas frescas. O Japão e os Estados Unidos, principais consumidores de frutas tropicais e temperadas do mundo, além de importantes países importadores como o Chile, Argentina e México, impõem medidas fitossanitárias e tratamentos pós-colheita para cargas e partidas de frutas oriundas de países com comprovada ocorrência de espécies-praga, como é o caso do Brasil.

Esforços conjuntos, através de parcerias público-privadas, têm conseguido sucesso no atendimento a essas exigências de mercado, viabilizando, assim, um maior escoamento da produção, bem como a agregação de valor e qualidade sanitária à cadeia produtiva da fruticultura. Pelo setor público, destaca-se o papel normatizador do MAPA, alicerçado no Estado da Bahia pela Adab, Agência pioneira em lançar e coordenar o primeiro Programa Estadual de Controle de Moscas-das-Frutas do país. Pela iniciativa privada, algumas associações de produtores são parceiras do Programa, destacando-se a Associação dos Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco – Valexport e a Associação dos Produtores de Manga e Região para o Controle das Moscas-das-Frutas – Apromol, esta última defendendo os interesses de pequenos produtores do Planalto Sudoeste.

A Bahia ainda tem como pólos frutícolas monitorados as regiões do Baixo Médio São Francisco, Médio São Francisco, Chapada Sul, Chapada Norte e o eixo de desenvolvimento do Extremo Sul, e detém o *status* de Estado com o maior número de armadilhas para monitoramento da praga, instaladas estratégicamente nos pomares para determinar semanalmente os índices de captura.

As informações das áreas monitoradas orientam os produtores para adoção de medidas de manejo e controle populacional, e muitas vezes evitam a prática do controle químico, minimizando, assim, o impacto ambiental pelo uso de agrotóxicos no campo.

Outra rede de armadilhas encontra-se nos principais aeroportos, centrais de abastecimentos e pontos de ingresso, que evita a introdução da mosca da carambola, espécie que ainda está restrita à região norte do país, porém sob uma rígida vigilância sanitária na Bahia.

Como Agência de Defesa, a Adab responsabiliza-se, também, pela proteção da fruticultura baiana, sobretudo aquela explorada com base na mão-de-obra familiar, com inspeções fitossanitárias semanais, auditorias periódicas nas microrregiões frutícolas e fiscalização do trânsito vegetal, garantindo, assim, a certificação de origem das áreas e zonas monitoradas.

Registra-se ainda o suporte científico de Instituições como o Centro da Embrapa Mandioca e Fruticultura, a Embrapa Trópico Semi-Árido, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB e a Biofábrica Moscamed Brasil, esta última um verdadeiro centro de excelência na área.

A Biofábrica Moscamed do Brasil foi implantada em Juazeiro e é responsável pela produção massal da espécie *Ceratitis capitata*, insetos estéreis que atuam no controle biológico de pragas na agricultura. Até o final do ano, a Biofábrica deverá atingir uma produção semanal de seis milhões de insetos, dos quais cerca de quatro milhões serão liberados em áreas de pequenos produtores, que além de controlar biologicamente a praga, reduz drasticamente a aplicação de inseticidas, minimizando o risco de contaminação ambiental e do próprio homem.

O uso de insetos estéreis vem sendo praticado com sucesso no pólo frutícola de Livramento de Nossa Senhora, mantendo a população da praga sob controle e oportunizando a inserção de pequenos produtores a mercados altamente exigentes quanto à questão da qualidade e sanidade. Em termos quantitativos, a exploração de manga na Região representa a geração de 35.000 empregos diretos e indiretos, sustentados por uma atividade explorada em área de 11 mil hectares, dos quais mais de 90% são explorados por agricultores familiares.

5.12.8 Projeto Campo Limpo

O Projeto Campo Limpo oferece uma logística eficaz para o recolhimento e destinação final de embalagens vazias de produtos agrotóxicos, buscando o equilíbrio do meio ambiente e a preservação da saúde dos trabalhadores que lidam com tais materiais.

A malha de recebimento do Estado é constituída por sete centrais e oito postos de recebimento localizados nas principais

regiões produtoras do Estado. Em 2007, foram recolhidas 1,3 mil toneladas de embalagens vazias, superando em 15,2% os números de 2006 que foram de 1,1 mil toneladas.

Para atender ao pequeno produtor rural, que enfrenta dificuldades para a devolução das embalagens vazias em função da distância de suas propriedades até os locais de recebimento, foram realizadas várias coletas itinerantes, proporcionando assim a “ida do projeto ao produtor”.

A Central de Campo Limpo de Barreiras é a campeã baiana em coleta de embalagens de agrotóxicos, recebendo um certificado de mérito fitossanitário durante a realização da Agrishow 2007 no município Luís Eduardo Magalhães e foi responsável pelo recolhimento de 1,1 mil toneladas de embalagens até o mês de novembro, o que também a credenciou como a primeira no Brasil nesse trabalho, superando a unidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.

5.12.9 Fiscalização do Trânsito de Vegetais

O patrimônio fitossanitário do agronegócio baiano está alicerçado em bases legais sob a responsabilidade da Adab. Sistematicamente têm sido aprimorados os procedimentos fiscalizatórios objetivando impedir o ingresso de pragas quarentenárias e outras de impacto econômico que podem colocar em risco áreas do sistema produtivo, afetando especialmente a agricultura familiar e os pequenos produtores. Sob este prisma, a Adab está estruturando suas 43 barreiras sanitárias fixas, inclusive com implantação de um posto de fiscalização modelo na Ceasa em Simões Filho, bem como intensificação das ações nas barreiras móveis, que foram ampliadas de 23 em 2005, para 44 unidades em 2007.

As inspeções acontecem nas cargas de produtos ou subprodutos vegetais que adentram ou transitam pelo território baiano, muitas vezes culminando com a apreensão e destruição de materiais vegetais, inclusive mudas, por estarem contaminadas e/ou por não atenderem à legislação vigente e que podem colocar em risco a sanidade dos cultivos importantes da cadeia produtiva do Estado. Somente em 2007 quase 1,8 milhão de toneladas de produtos vegetais foram fiscalizados, dando-se ênfase aos Territórios localizados nas áreas de divisa da Bahia.

As ações preventivas são altamente eficientes como medida de exclusão de doenças, favorecendo principalmente o pequeno produtor e a agricultura familiar: a manutenção do *status* de área livre de *Sigatoka Negra* e o *Moko da Bananeira*, bem como a não ocorrência de *Greening*, *Morte Súbita* e a *Mancha Preta dos Citros*. Legalmente estão proibidas a entrada, no território baiano, de plantas ou suas partes procedentes de outros estados da Federação, onde as referidas pragas já estão estabelecidas. Somente esse ano, 1,2 mil toneladas de produtos vegetais foram fiscalizados, dando-se ênfase aos territórios de divisas da Bahia.

5.12.10 Programa Fitossanitário da Cultura dos Citros

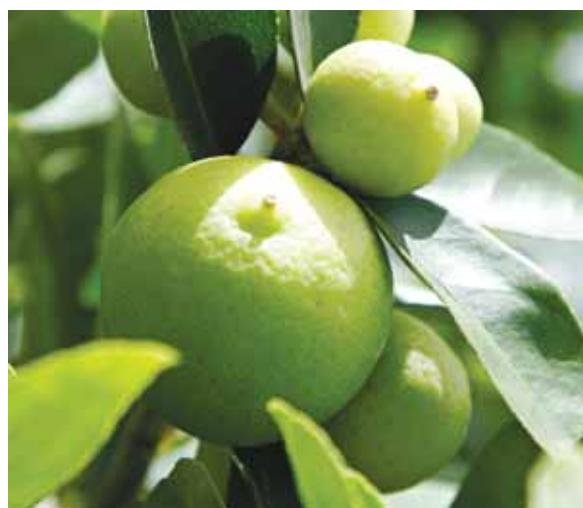
A produção de citros no Estado da Bahia encontra-se em franca expansão: ocupa o primeiro lugar do Nordeste e o segundo lugar no ranking nacional, com um volume de produção de laranja de 801,4 mil toneladas em uma área de 53,5 mil hectares e com uma produção de limão em torno de 37 mil toneladas numa área de 2,5 mil hectares. Tudo isso, graças à adequação de ambientes produtivos, melhoria da estrutura dos solos com processo de subsolagem e através do monitoramento sistemático de pragas e fiscalização de trânsito de materiais propagativos e dos frutos, cujas ações são coordenadas através do projeto fitossanitário de citros implementado pela SEAGRI, através da Adab.

O plano de trabalho fitossanitário para os citros contempla ações que visam o controle preventivo da *Leprose* e da *Clorose Variegada do Citros* – CVC nos pomares da região do Litoral Norte,

produção de mudas na Região do Recôncavo Sul, produção integrada de citros na Região Oeste, fiscalização do trânsito de vegetais nas divisas do Estado, principalmente na Região de Teixeira de Freitas, Urandi e Rosário, além de trabalhos de educação sanitária, através de entrevistas, palestras e seminários.

A Adab aplicou o inquérito fitossanitário para o georreferenciamento das áreas produtoras de citros e, ao todo, 1.365 propriedades estão sendo monitoradas.

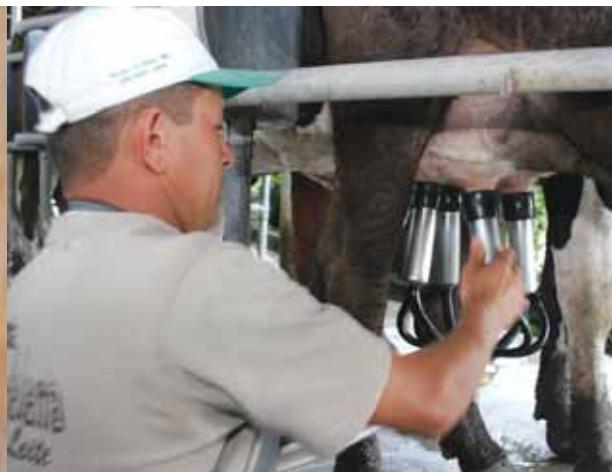
Para minimizar os riscos de introdução e disseminação de doenças, bem como orientar e coibir o trânsito de citros sem certificado fitossanitário de origem e de nota fiscal ou nota do produtor, a Adab promoveu a fiscalização dos veículos e suas cargas nas barreiras sanitárias indicadas na Tabela 10.



**TABELA 10 | FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO DE CITROS
BAHIA, 2007**

REGIÃO	VEÍCULOS FISCALIZADOS	CARGAS FISCALIZADAS (t)	CARGAS APREENDIDAS E DESTRUÍDAS (kg)
Recôncavo Sul	60	900	12.000
Feira de Santana	68	416	1.010
Extremo Sul	280	4.600	30.000
Sudoeste	500	2.548	3.000
TOTAL	908	8.464	46.010

Fonte: SEAGRI/Adab



6. DESENVOLVIMENTO ANIMAL

O segmento da pecuária baiana se posiciona de forma destacada no cenário nacional: lidera o *ranking* na criação de bovinos e de caprinos e ocupa a segunda posição de rebanho de ovinos.

6.1 PECUÁRIA DE LEITE

A Bahia é o maior Estado produtor de leite do Nordeste, com uma produção que ultrapassa 900 mil litros ao ano e a produção de leite atende aproximadamente 82% do consumo de leite e derivados no Estado.

A viabilização de financiamento de matrizes e reprodutores de alta linhagem leiteira, bem como a elevação das condições de suprimento alimentar dos animais e melhoria das instalações nos estabelecimentos agrícolas, também contribuíram para estes resultados.

As principais bacias leiteiras do Estado encontram-se localizadas nos Territórios de Identidade do Extremo Sul, (17,2%), Piemonte do Paraguaçu (8,3%), Vitória da Conquista (8,2%), e Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte (7,8%).

Atualmente, a pecuária leiteira da Bahia é constituída por uma população bovina de 2,3 milhões de cabeças. Para o setor produtivo, o momento é de expectativa de crescimento. Este otimismo é resultado das possibilidades proporcionadas pelo comércio internacional, que registrou um aumento no consumo por parte de alguns países, como a China, Nova Zelândia

e Austrália, sendo que esses últimos em decorrência dos fatores climáticos e das limitações territoriais que provocaram a redução da produção, permitindo a entrada de novos países produtores no mercado internacional.

No Brasil, somente no mês de abril de 2007, houve um aumento de 3,7% no preço do leite pago ao produtor, sendo mantida esta alta nos três meses subsequentes, atingindo um aumento acumulado de mais de 8%, considerado o maior dos últimos dez anos. Na Bahia, este aumento está em torno de 7%.

Estas oportunidades (comércio internacional e preço) levaram a uma maior conscientização dos produtores, objetivando a produção de leite com a qualidade mínima exigida pelas indústrias e pelos consumidores.

Uma das exigências previstas na Instrução Normativa do MAPA, sob nº 51 de 05 de novembro de 2007, que trata da regulamentação para o transporte visando a conservação e qualidade do leite, mereceu atenção dos órgãos governamentais da Bahia através do Programa Estadual de Leite, preocupado com a otimização do setor.

O Programa, elaborado pelas Superintendências de Desenvolvimento Agropecuário e de Política do Agronegócio, visa a estruturação da produção leiteira dos pequenos produtores de leite, o fortalecimento da cadeia produtiva, com a introdução de novas tecnologias, e melhoria dos índices de produtividade.

O Programa, iniciado em 2007, estabelece na sua primeira etapa, em parceria com o Governo Federal, a instalação de



100 tanques de resfriamento de leite que vão assegurar a modernização da base produtiva, o benefício à saúde pública e mais lucro para o produtor.

O Programa Difusão de Tecnologia na Área de Pecuária – Pater Leite, conduzido pela EBDA, tem como objetivo construir com o pequeno produtor familiar de leite uma estratégia que possibilite alcançar melhor produtividade e a sustentabilidade do seu estabelecimento rural.

O Pater Leite abrange 30 municípios, onde os produtores são orientados quanto ao manejo das pastagens e do rebanho, cuidados na parte sanitária dos animais, formação de reserva estratégica alimentar, mineralização do rebanho, combate aos endo e ectoparasitas, manejo e utilização do esterco na fertilização do solo sob pastagens e capineiras, análise laboratorial visando a correção do solo, adubação química e orgânica dos pastos e capineiras, formação de piquetes utilizando cerca elétrica, formação de pastagens, capineiras e canaviais, melhoramento genético do rebanho, além de fomentar o associativismo e o cooperativismo.

A SEAGRI acompanhou a atividade leiteira das propriedades de 380 pequenos produtores e a assistência técnica contribuiu para um aumento de 3,3% na produção de leite e 2,3% na percentagem de vacas em lactação.

6.2 PECUÁRIA DE CORTE

O Estado da Bahia, com um rebanho bovino de 11,5 milhões de cabeças (Gráfico 10), tem se destacado como importante polo de produção pecuária, ocupando a primeira posição no nordeste do Brasil, com 40% do rebanho de bovinos. Possui o maior rebanho caprino e o segundo maior rebanho ovino do país.

O parque industrial deste setor é representado por 21 frigoríficos em funcionamento no Estado, 14 desses com inspeção estadual e sete com inspeção federal. Outras quatro novas indústrias estão em implantação avançada pela iniciativa privada – nos municípios de Itororó, Amargosa, Alagoinhas e Brumado. A previsão é de que até o ano de 2010 deveremos contar com, no mínimo, mais seis indústrias frigoríficas com serviço de inspeção em funcionamento.

O Governo da Bahia tem incentivado o surgimento de novas indústrias no setor, na certeza dos benefícios que advirão com a oferta de carne com qualidade sanitária assegurada. A prova disto é o apoio que vem dando para algumas indústrias que estão sendo construídas (Itororó e Amargosa), já em fase final de implantação e que contam com o apoio financeiro do Governo.

A meta para 2010 é alcançar o patamar de 1,5 milhão de animais processados e inspecionados, com um parque frigorífico instalado constituído por 30 unidades. A capacidade de produção dos 20 frigoríficos já instalados e que estão em funcionamento é de mais de um milhão de animais/ano.

GRÁFICO 10 | REBANHO BOVINO DE CORTE
BAHIA, 2003-2007*



Fonte: IBGE/PPM – Pesquisa Pecuária Municipal;

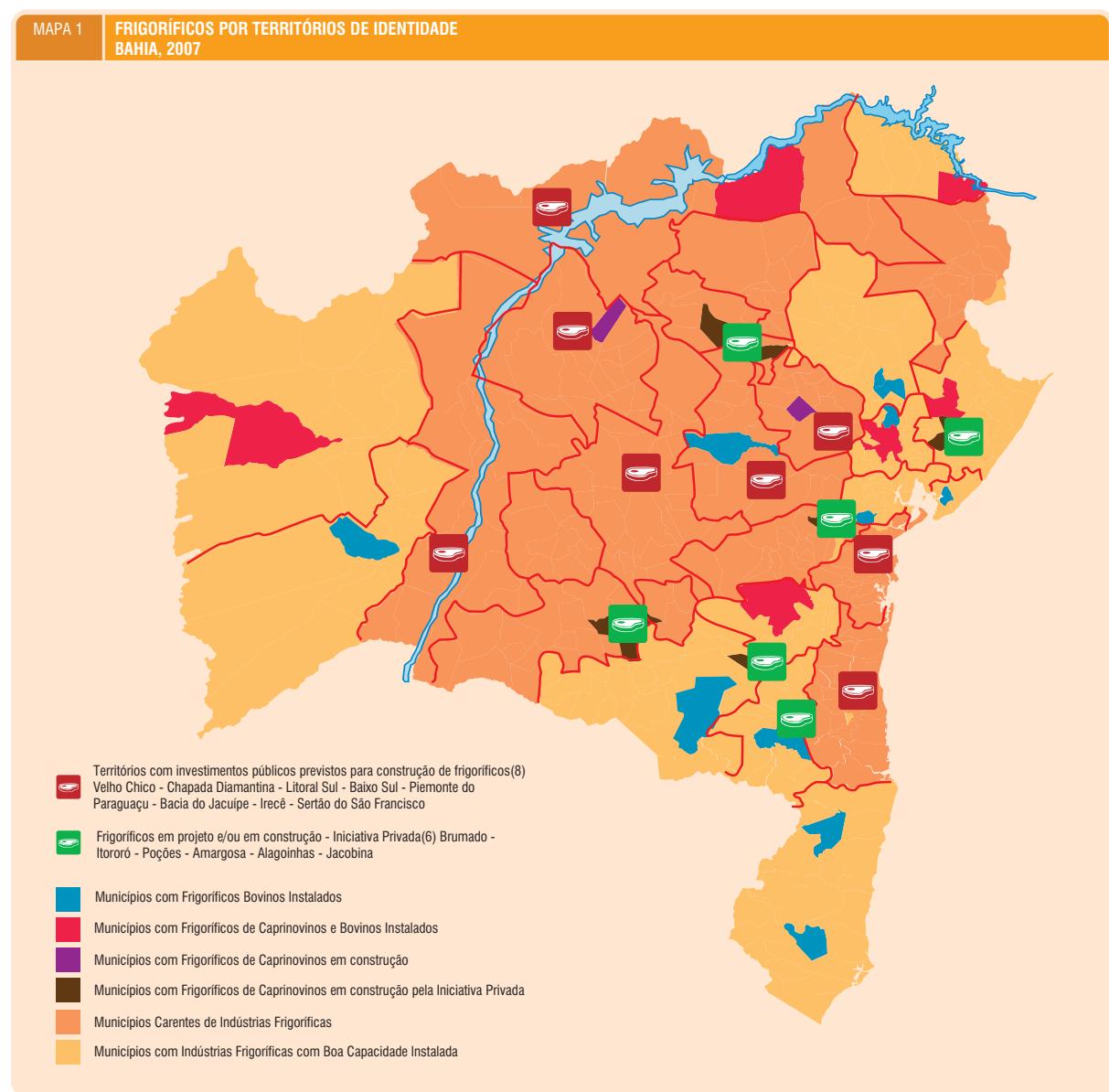
* ADAB

A SEAGRI realizou um estudo técnico das prioridades de incentivo de investimentos no setor frigorífico para os 26 Territórios de Identidade existentes, levando-se em consideração a existência de indústrias para abate de bovinos, suínos, ovinos e caprinos dos territórios, conforme Mapa 1.

O Projeto Desenvolvimento da Pecuária de Corte – Pecuária com Qualidade, busca, de forma gradativa, através do melhoramento genético do rebanho e da incorporação de tecnologia ao processo produtivo, a elevação dos índices

produtivos e reprodutivos, a exemplo da taxa de natalidade que passou de 55% para 75%; redução da taxa de mortalidade de animais até um ano (de 6% para 3%), redução da taxa de mortalidade de animais com mais de 1 ano (de 4% para 2%), redução da idade de abate de 3,5 anos para 2,5 anos com 16 arrobas.

As feiras e exposições agropecuárias têm contribuído decisivamente para a promoção do melhoramento genético do rebanho do Estado da Bahia.



Fonte: Embasa



A SEAGRI elaborou o Calendário Oficial de Exposições Agropecuárias do ano de 2007 e apoiou a realização de 31 exposições agropecuárias, alcançando a quase totalidade dos Territórios de Identidade do Estado, com investimento da ordem de R\$ 1,3 milhão, beneficiando um público de um milhão de produtores rurais que tiveram oportunidade de adquirir animais geneticamente melhorados, acesso às novas tecnologias, tais como inseminação artificial, transferência de embriões, além de conhecerem máquinas e implementos que otimizam a produção. Tudo isso sem contar com os resultados significativos para cada uma das cidades que realizou um evento agropecuário, com registro de alta taxa de ocupação hoteleira, funcionamento expressivo de bares, restaurantes, mercados e do comércio geral.

Ao investir na promoção das exposições agropecuárias, o Governo prioriza, sobretudo, o aspecto qualitativo da pecuária seletiva, elevando o Estado da condição de comprador para exportador de genética confiável. Hoje é expressiva a participação dos pecuaristas baianos nas mais importantes mostras da pecuária do país.

Com a finalidade de modernizar as exposições, a SEAGRI está desenvolvendo um *software* para atender a demanda da atividade e buscar parcerias para a construção de uma

unidade móvel para levar melhor atendimento aos produtores rurais.

Em 2007, registrou-se uma marca superior a 2.400 criadores expositores, com aproximadamente 42 mil animais e um público de 1,2 milhão de pessoas durante os eventos. Os 90 leilões realizados contribuíram para a comercialização recorde de R\$ 188 milhões, além de venda direta de animais, máquinas, implementos, empresas do setor agropecuário e veículos aos produtores, como mostra a Tabela 11.

A Fenagro 2007 recebeu o apoio técnico-financeiro e estrutural da SEAGRI, fundamental para o sucesso da maior exposição do Norte e Nordeste do país, atraindo os olhos do Brasil para uma Bahia que produz genética, tão bem, ou melhor, que os Estados mais desenvolvidos da União.

A SEAGRI participou das maiores exposições agropecuárias da Bahia, levando o seu *stand* Institucional, constituído por estações de trabalho que serviram para realização de palestras e cursos sobre as mais modernas técnicas da agropecuária. Durante os eventos, foram oferecidos cursos voltados para a produção de queijos e iogurtes, pescados, avaliação de café e cadeia produtiva da carne que atraíram muitos participantes interessados.

TABELA 11

**EVENTOS AGROPECUÁRIOS
BAHIA, 2007**

LOCAL	EVENTO	EXPOSITOR	PÚBLICO VISITANTE	LEILÕES	ANIMAIS EXPOSTOS	COMERCIALIZAÇÃO (EM R\$1,00)
VITÓRIA DA CONQUISTA	41ª Exposição Agropecuária	114	150.000	3	2.000	28.000.000
SALVADOR	5ª Expobahia	75	100.000	10	1264	3.000.000
MUNDO NOVO	42ª Exposição Agropecuária	30	2.500	1	811	450.000
JEQUIÉ	28ª Exposição Agropecuária	60	50.000	1	1.239	2.900.000
IRECÉ	9ª Exposição Agropecuária	25	60.000	–	599	1.200.000
MARACÁS	7ª Exposição Agropecuária	20	50.000	1	690	100.000
FEIRA DE SANTANA	3ª Exposição Especializada de Caprinos e Ovinos	69	10.000	1	871	200.000
ITAPETINGA	38º Exposição Agropecuária	100	60.000	2	1.926	1.000.000
GUANAMBI	21ª Exposição Agropecuária	40	50.000	2	1.870	1.700.000
CONCEIÇÃO DO COITÉ	13ª Exposição Especializada de Caprinos e Ovinos	80	30.000	1	1.078	400.000
BARREIRAS	25ª Exposição Agropecuária	40	80.000	3	1.598	20.000.000
SENHOR DO BONFIM	22ª Exposição Agropecuária	25	5.000	2	739	450.000
SALVADOR	11ª Exporural 2007	300	200.000	18	4.800	35.000.000
OUROLÂNDIA	8ª Exposição Especializada de Caprinos e Ovinos	10	3.000	–	356	25.000
CAPIM GROSSO	1ª Exposição Agropecuária	25	5.000	–	364	100.000
ITANHÉM	7ª Exposição Agropecuária	30	15.000	1	1.917	1.100.000
UAUÁ	28ª Exposição Especializada de Caprinos e Ovinos	30	10.000	1	1.490	300.000
POTIRAGUÁ	9ª Exposição Agropecuária	10	5.000	–	190	25.000
FEIRA DE SANTANA	32ª Expo Feira – 2007	150	30.000	5	3.213	3.500.000
ITAPEBI	30ª Exposição Agropecuária	25	5.000	1	632	150.000
NOVA SOURE	4ª Exposição Especializada de Caprinos e Ovinos	9	3.000	–	232	90.000
VALENTE	10ª Exposição Especializada de Caprinos Ovinos	80	15.000	1	992	450.000
ALAGOINHAS	10ª Exposição Agropecuária	50	50.000	2	1.020	1.000.000
SÁTIRO DIAS	4ª Exposição Agropecuária	35	2.000	1	368	100.000
TEIXEIRA DE FREITAS	26ª Exposição Agropecuária	90	50.000	3	2.050	700.000
IPIAÚ	19ª Exposição Agropecuária	15	5.000	–	332	100.000
ITABERABA	15ª Exposição Agropecuária	10	15.000	–	350	50.000
ITABUNA	25ª Exposição Agropecuária	80	30.000	2	1.028	1.000.000
PINTADAS	5ª Exposição Especializada de Caprinos e Ovinos	10	2.000	1	205	150.000
POÇÕES	6ª Exposição Agropecuária	20	1.000	–	250	20.000
SALVADOR	20ª Fenagro	750	100.000	28	4.485	85.000.000
TOTAL		2.409	1.193.500	90	41.959	188.170.000

Fonte: SEAGRI/SDA

6.3 CAPRINO-OVINOCULTURA

A região semi-árida baiana tem uma forte vocação pastoril. Os pequenos ruminantes possuem a habilidade de aproveitar as espécies forrageiras existentes na vegetação natural com maior nível de eficiência e a criação de caprinos é uma das principais atividades dos pequenos produtores familiares da região e um importante fator de geração de renda.

As ações de assistência técnica e extensão rural estão contribuindo para um aumento da taxa de desfrute do rebanho e do aumento do rendimento de carneça dos caprinos e ovinos, bem como uma melhor adaptabilidade ao ecossistema da caatinga.

A oferta de material genético caprino e ovino mais produtivo está sendo realizada pelas Estações Experimentais de Caraíba, Cruzeiro do Mocó e Jaguacuara, com destaque para as raças de ovinos Dorper, Santa Inês em grau de mestiçagem variada com os ecotipos nativos, caprinos de corte da raça Boer, e caprinos leiteiros das raças Saanen e Alpina. Estes materiais são oferecidos em leilões públicos e adquiridos, prioritariamente, pelos pequenos produtores familiares.

6.4 AVICULTURA

Abastecimento regular de grãos, boas condições sanitárias, plantel saudável e com rentabilidade. Todo esse quadro favorável ajudou a garantir o bom desempenho da avicultura baiana. Em 2007, o Estado foi responsável pela produção de aproximadamente 210.426 toneladas de carne de frango.

Com a entrada em operação da primeira indústria processadora de frango do Oeste baiano, a Mauricea Alimentos, em Luís Eduardo Magalhães, o número de aves alojadas no Estado deverá praticamente dobrar. O novo complexo agroindustrial vai produzir, em quatro anos, seis milhões de frangos por mês, o triplo da capacidade instalada na matriz pernambucana.

A tendência é que o Oeste da Bahia, região nordestina com a maior produção de soja e milho, torne-se o pólo avícola do Nordeste, desbancando o Estado de Pernambuco, colocando a Bahia como maior produtor de carne de frango do Nordeste.

6.5 APICULTURA

A apicultura é uma excelente alternativa de renda e de ocupação da mão-de-obra familiar, especialmente dos agricultores residentes nos Territórios Sisal, Semi-Árido Nordeste II, Sertão São Francisco, Sertão Produtivo e Chapada Diamantina, onde se concentram as maiores produções de mel na Bahia.

A Bahia sofreu uma perda significativa da produção de mel em função da seca que acontece no Estado, e no ano de 2007 foram produzidos 5.235 quilos de mel, contra 4.600 quilos produzidos no ano anterior.

Através do Projeto Estadual de Desenvolvimento da Apicultura, a SEAGRI investe maciçamente na difusão de tecnologias, objetivando a melhoria da produtividade, da qualidade dos produtos, assim como a diversificação e verticalização da produção, a partir das orientações e políticas emanadas pela Câmara Técnica da Apicultura, órgão colegiado que congrega instituições públicas e privadas que atuam no setor.

Em 2007, a SEAGRI, através da EBDA, atendeu 2.186 apicultores, que responderam pela produção de 1.289 toneladas de mel e 50 toneladas de pólen. Mais de 428 agricultores familiares foram capacitados para tornarem a atividade da apicultura mais produtiva e rentável.



No ano de 2007, a SEAGRI realizou o IV Congresso Baiano de Apicultura e, em parceria com a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac, promoveu o IV Seminário de Própolis do Nordeste e o III Encontro Nacional de Produtores de Pólen, contando com a participação de 1.200 pessoas. A equipe técnica especializada em apicultura do Estado também acompanhou a conclusão da instalação de 19 unidades de beneficiamento de mel situadas na região do Semi-Árido.

6.6 AQUÍCULTURA E PESCA

Para compreender melhor as potencialidades e as demandas dos setores aquícola e pesqueiro, a Bahia Pesca ouviu a sociedade baiana, realizando mais de 150 reuniões com a participação das organizações sociais públicas e privadas de pescadores, marisqueiras, aquicultores, pesquisadores, produtores rurais e ambientalistas.

Resultado desse esforço foi a elaboração do Plano de Desenvolvimento Estadual para a Pesca e Aquicultura. Para os próximos três anos de Governo a meta é duplicar a produção de pescado na Bahia, passando de 80 mil para 150 mil t/ano de pescado, além de incentivar sua comercialização na rede “Pescados da Bahia”, uma parceria a ser firmada entre o produtor e o comércio atacadista de supermercados, restaurantes e hotéis.



Em 2007, o Programa de Pesca e Aquicultura do Estado contou com ações voltadas para a introdução de novos hábitos tecnológicos para a produção pesqueira e aquícola sustentável, sendo investidos R\$ 22,6 milhões. Essas ações beneficiaram mais de 75 mil pescadores e marisqueiras em todo o Estado, com destaque para as Baías de Todos os Santos e Iguape, a bacia do São Francisco e pescadores do Extremo Sul.

A SEAGRI, através da Bahia Pesca, iniciou os trabalhos de recuperação das seis unidades produtivas de alevinos, de propriedade do Estado, visando ampliar a capacidade de produção anual de 14 para 60 milhões de alevinos, além de promover a reestruturação dos seus escritórios regionais, criando condições para prestar assistência de qualidade aos produtores e pescadores.





O início deste Governo foi marcado por um episódio de grandes proporções que afetou milhares de famílias de pescadores e marisqueiras na Baía de Todos os Santos, em março: o desequilíbrio ecológico conhecido como Maré Vermelha provocou a mortandade de peixes por asfixia devido às grandes concentrações de algas no mar.

Para atendimento emergencial da população atingida, o Governo da Bahia, articulado com os pescadores, prefeituras e o Governo Federal, acompanhou junto ao CRA os resultados do laudo sobre as causas da mortandade de peixes na Baía de Todos Santos, assegurando junto ao Ibama a edição de portaria que instituiu o período de defeso e a liberação do seguro-desemprego para os pescadores cadastrados.

Através da Defesa Civil Estadual e da Conab foram distribuídas 16 mil cestas básicas e a Conab adquiriu 28 toneladas de pescado para distribuição nas comunidades atingidas pelo desastre ambiental.

A Bahia Pesca, através do Programa de Aquisição de Estoques de Pescado, retirou do mercado 20.239 kg de pescado e pagou um auxílio por perda de estoque no montante de R\$ 81 mil, atendendo recomendação contida na Instrução Normativa nº 157 do Ibama, de março de 2007 (Madre de Deus, São Francisco do Conde, Santo Amaro da Purificação, Saubara, Salinas da Margarida e as ilhas de Bom Jesus dos Passos e Frades).

As baías de Todos os Santos e Iguape contam agora com o Plano de Fortalecimento Sustentável da Pesca e Aquicultura, concebido a partir da ocorrência da Maré Vermelha, com investimentos iniciais na ordem de R\$ 4,8 milhões para implantação de projetos produtivos, ações estruturantes e gestão social, que permitam a geração de renda e a melhoria de vida de 13 mil famílias que residem no entorno das baías.

O Quadro 3 resume os principais projetos que estão sendo desenvolvidos nas Baías de Todos os Santos e de Iguape:

No ano de 2007, a Bahia Pesca emitiu 70 mil carteiras de pescador profissional, de um total de 80 mil cadastrados pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, com apoio financeiro do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcap.

O povoamento de aguadas públicas, seja para recomposição de estoque pesqueiro ou para o cultivo nas comunidades

carentes foi realizado durante todo o ano, com a doação de alevinos para associações, prefeituras e cooperativas rurais. Até agora foram distribuídos 8,5 milhões de alevinos, beneficiando 10 mil famílias de 129 municípios.

O Projeto Bijupirá, desenvolvido pela Bahia Pesca através de convênio com a Secretaria de Agricultura e Pesca do Paraná, em cooperação técnica da Universidade de Miami, busca a adequação da tecnologia já existente para um novo modelo empresarial da atividade de piscicultura marinha para a costa brasileira, além de oferecer estudos para o cultivo do bijupirá

QUADRO 3

**PROJETOS DE AQUICULTURA E PESCA DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS
BAHIA, 2007**

PROJETOS	CARACTERIZAÇÃO	IMPACTO SOCIAL
Gestão Social	Realizar o diagnóstico participativo local	Promover a gestão social de 13.512 pescadores e marisqueiras
Distribuição de Kits de Beneficiamento de Mariscos	Beneficiar os produtos da mariscagem, agregando valor, aumento da produtividade, melhoria das condições higiênicas e sanitárias do produto e melhoria das condições de trabalho das marisqueiras	Beneficiar 80 famílias de marisqueiras
Implantação de Módulo Familiar de Cultivo de Bijupirá	Desenvolver e difundir a tecnologia e a produção do bijupirá com a inclusão e formação profissional de jovens pescadores de 18 a 23 anos	Beneficiar 18 famílias de pescadores
Implantação de Fazendas de Cultivo de Ostra	Apoiar os pescadores artesanais na atividade de maricultura, visando o incremento na renda dos pescadores	Beneficiar 150 pescadores
Reprodução do Caranguejo Nativo para Repovoamento de Manguezais	Promover o manejo dos estoques dos caranguejos nativos, sua manutenção e integridade com o uso de técnicas de repovoamento	Aumentar a produtividade dos manguezais em torno de 30%
Distribuição de Equipamentos de Auxílio à Navegação	Incorporar novos hábitos tecnológicos ao processo produtivo de captura de pescado	Beneficiar 1.764 pescadores com distribuição de 294 GPS
Reestruturação das Colônias de Pescadores	Melhoria da infra-estrutura de apoio aos pescadores	Beneficiar 5.252 pescadores
Cadastramento dos Pescadores Artesanais	Permitir aos pescadores e marisqueiras o acesso aos benefícios sociais estabelecidos em Lei	Beneficiar 13.512 pescadores e marisqueiras
Implantação de Laboratório para Desenvolvimento de Tecnologia de Cultivo de Espécies Marinhas	Conduzir estudos e pesquisas como forma de apoiar os projetos produtivos	Apoiar os pescadores da Baía de Todos os Santos nas suas atividades empreendedoras
Cultivo de Algas Marinhas	Introduzir novas tecnologias de geração de emprego e renda junto as comunidades pesqueiras	Beneficiar 50 famílias de pescadores
Implantação de Unidades Demonstrativas de Piscicultura	Fortalecer a Cadeia Produtiva da aquicultura continental	Beneficiar 555 famílias
Povoamento de Aguadas Públicas Comunitárias	Aproveitar os mananciais públicos do Estado para produção de pescados	Beneficiar mais de 60 mil famílias ribeirinhas por ano

Fonte: SEAGRI/Bahia Pesca

em módulos familiares no litoral baiano. Tais atividades possibilitarão a consolidação do laboratório de desenvolvimento de tecnologia de cultivo de espécies marinhas, transformando a Fazenda Oruabo, de propriedade do Governo, em um Centro de Referência em Aqüicultura Marinha.

Novos experimentos em nutrição de peixes também estão sendo desenvolvidos em cooperação com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, para subsidiar os produtores de peixes marinhos.

Para o desenvolvimento de projetos relevantes no segmento da aqüicultura e pesca, o Governo está fechando parcerias com o setor privado, com investimentos estimados em R\$ 150 milhões.

6.7 DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

O surgimento de qualquer episódio sanitário de impacto nacional ou estadual que possa afetar o rebanho pode determinar alterações nas exigências de controle sanitárias a serem adotadas e aplicação de medidas emergenciais.

6.7.1 Erradicação da Febre Aftosa

Depois de dez anos sem registro de nenhum caso de febre aftosa, a Bahia caminha para se tornar Zona Livre da doença sem vacinação. Este ano, graças aos esforços da Adab, o Estado bateu recorde nas duas etapas da campanha, realizadas em março e setembro, conseguindo imunizar 96,8% do rebanho estimado em 11,5 milhões de cabeças cadastradas,

**QUADRO 4 EMPREENDIMENTOS DE AQÜICULTURA E PESCA
BAHIA, 2007**

TIPO DE EMPREENDIMENTO	LOCALIZAÇÃO	EMPREGOS DIRETOS	IMPACTO ECONÔMICO
Implantação de 987 hectares de fazenda para o cultivo de camarão	Caravelas, Maraú, Canavieiras, Baía de Todos os Santos	1.700	Produção de 2.000 t/ano de camarão
Construção de Entreponto de Pesca	Salvador e Ilhéus	900	Fortalecimento do setor pesqueiro
Cultivo de Peixe Bijupirá	Baía de Todos os Santos	650	Produção de 2,5 mil t/ano de bijupirá
Cultivo de Tilápia em Tanques Rede em Áreas Estuarinas e Reservatórios Públicos	Baía de Todos os Santos	650	Produção de 1,5 mil t/ano de tilápia

Fonte: SEAGRI/Bahiapesca





índice acima do exigido por organismo de controle da sanidade. A maior cobertura vacinal anteriormente registrada na Bahia foi de 95,8%.

Para garantir a sanidade do rebanho do Estado, a Adab realizou fiscalizações em todo o Estado para impedir o trânsito irregular de animais susceptíveis a febre aftosa provenientes das áreas de risco e sacrificou 23 animais provenientes do Rio Grande do Norte.

6.7.2 Barreiras Sanitárias

O cordão zoofitosanitário de fiscalização do trânsito implantado na Bahia busca prevenir a ocorrência de episódios sanitários, já que existem áreas de risco decorrentes da extensa malha rodoviária com grande número de estradas vicinais e de divisas (Alagoas, Piauí, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Tocantins, Goiás e Espírito Santo), com alta vulnerabilidade à entrada de pragas e doenças de importância econômica e quarentenária.

Os resultados da fiscalização do trânsito de animais nas Barreiras Sanitárias (Tabela 12) demonstram a eficiência dos trabalhos da fiscalização.

6.7.3 Emissão de Guias de Trânsito de Animais

A Guia de Trânsito Animal – GTA é o documento utilizado para o transporte de animais vivos, ovos férteis e outros materiais de multiplicação em todo o país, e a partir de setembro de 2007 o Estado passou a adotar o novo modelo de GTA instituído pelo MAPA, que tem como finalidade aumentar a segurança e o controle sanitário de animais no transporte interestadual e intermunicipal.

Foram emitidas 465 mil GTAs que asseguraram o transporte de mais de seis milhões de animais em condições compatíveis com as normas sanitárias vigentes.

6.7.4 Fiscalização em Eventos Pecuários

A fiscalização de eventos pecuários e aglomerações de animais evitam a disseminação de doenças infecto-contagiosas dentro do Estado: ao todo 22 leilões, 24 exposições agropecuárias, 97 eventos esportivos e 187 feiras de animais realizados na Bahia contaram com fiscalização.

TABELA 12

RESULTADO DA FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO DE ANIMAIS NAS BARREIRAS SANITÁRIAS BAHIA, 2007

ESPÉCIE ANIMAL	ANIMAIS FISCALIZADOS
Ovinos	108.001
Suínos	39.417
Muares	6.779
Bubalinos	699
Bovinos	785.150
Asininos	11.146
Aves	65.652.094
Caprinos	91.165
Eqüinos	27.043
Peixes	567.590
TOTAL	67.289.084

Fonte: SEAGRI/Adab

6.7.5 Controle de Raiva dos Herbívoros

A raiva dos herbívoros é responsável por enormes prejuízos econômicos à pecuária, com forte impacto na saúde pública. Para o controle desta doença, nos últimos três anos, as atividades de vigilância epidemiológica, vacinação, controle de quirópteros e atendimento a focos da enfermidade foram intensificados.

A Adab, em atendimento às normatizações técnicas estabelecidas pelo Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros – PNCRH executou ações de vigilância, diagnóstico, profilaxia e controle da raiva e outras encefalopatias, com destaque para o cadastramento de 741 abrigos (mais do dobro registrado em 2006) e 42 capturas, totalizando 604 espécies capturadas.

6.7.6 Sanidade dos Caprinos e Ovinos

A caprino-ovinocultura representa uma das principais atividades econômica ou de subsistência adaptada aos sistemas de produção de base familiar do Semi-Árido baiano.

Como o atendimento dos atributos de segurança sanitária representa um dos principais requisitos para a verticalização e agregação de valor na produção e acesso aos mercados, o Programa Estadual de Sanidade dos Caprinos e Ovinos, executado pela Adab, em parceria com a EBDA, passou a direcionar seus esforços para a agricultura familiar, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Superintendência da Agricultura Familiar – Suaf.

A Adab deu início ao cadastramento dos estabelecimentos de criação de caprinos e ovinos nos Territórios de Irecê, Bacia do Jacuípe e do Sisal. A seleção destes Territórios decorre da existência de algumas iniciativas de pequenos produtores em processos para a verticalização da produção. Foram cadastrados 530 estabelecimentos no município de Jussara (Território de Irecê), 360 em Pintadas (Bacia do Jacuípe) e iniciada uma nova frente nos municípios de São Domingos, que já conta com 290 propriedades cadastradas, além de 29 cadastros realizados em Lafaiete Coutinho.

6.7.7 Sanidade Avícola

Para o controle e monitoramento sanitário do setor avícola, a Adab atualiza regularmente o cadastro dos estabelecimentos de criação de aves, inclusive os dados quantitativos e qualitativos dos plan-téis. São ações preventivas que visam, sobretudo, evitar o impacto negativo no caso do surgimento do vírus da *influenza aviária*.

Também as ações de vigilância ativa aconteceram nos sítios de aves migratórias e populações de aves domésticas, com atividades em educação sanitária. Estes procedimentos visam a conscientização e participação da comunidade para o conhecimento da enfermidade e seus prejuízos socioeconômicos, bem como monitorar a possível introdução da *influenza aviária* no Estado, nas regiões identificadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, como áreas críticas ou de risco, a exemplo de Mangue Seco (município de Jandaíra), Cacha Pregos (Vera Cruz), Corumbau (Prado), Cetrel (Camaçari) e Barra do Serinhaém (Ituberá).

Aguarda-se a autorização do Laboratório do MAPA – Lanagro Campinas para o início da colheita de material sorológico para realizar o monitoramento das aves residentes nos sítios de aves migratórias, com finalidade de atender ao Plano Nacional de Prevenção da *Influenza Aviária* e de Controle e Prevenção da *Doença de Newcastle*.

Foram recadastradas e monitoradas 1.022 granjas de aves de corte, 07 matrizeiros, 5 incubatórios e 68 milhões de pintinhos alojados.

6.7.8 Sanidade dos Eqüídeos

O maior rebanho eqüídeo do país se encontra no território baiano, com cerca de 1,25 milhão de animais. O Nordeste, e especialmente a Bahia, tem grande tradição na realização de eventos eqüestres, o que potencializa o risco sanitário para enfermidades de notificação obrigatória como Anemia Infeciosa Eqüína – AIE e Mormo.

A Adab inspeciona os animais e a documentação que os acompanha nos eventos esportivos tais como: vaquejadas, calvadas e *teem pening*. Estes eventos são potenciais disseminadores de doenças infecciosas e necessitam, obrigatoriamente, de fiscalização que acontece nas barreiras móveis instaladas.

Os inquéritos sorológicos realizados pela Adab registraram 1.070 animais positivos para AIE, em 483 focos, com o sacrifício de 501 animais.

6.7.9 Controle da Brucelose e Tuberculose Animal

Considerando a necessidade de padronizar e garantir a qualidade dos instrumentos e das ações profiláticas, de diagnóstico, de saneamento de rebanhos e de vigilância sanitária ativa relacionada ao combate da brucelose e da tuberculose animal, a Bahia passou a adotar medidas compulsórias: vacinação de fêmeas de bovinos e/ou bubalinos entre três e oito meses de idade contra a brucelose; controle do trânsito de animais com destino à reprodução; capacitação e habilitação de médicos veterinários; realização de diagnóstico e apoio laboratorial e de medidas de adesão voluntária para a certificação de propriedades livres e de propriedades monitoradas para brucelose e tuberculose.

A Adab acompanhou a vacinação de 612.889 animais contra a brucelose e tuberculose e realizou 7.782 exames de brucelose, dos quais 3.675 amostras identificadas como positivas.

6.7.10 Inspeção de Produtos de Origem Agropecuária

O Programa Bahia Saudável – Segurança Alimentar com Qualidade, vem obtendo avanços significativos: atualmente estão registrados no Serviço de Inspeção Estadual – SIE, 236 estabelecimentos, entre eles 24 matadouros frigoríficos, 140 entrepostos de laticínios, 54 de carnes e pescados, dez salsicharias, cinco entrepostos de mel e seis entrepostos de ovos, demonstrados no Gráfico 11.



Pólos de Abate – A Adab mantém parcerias com instituições como o Ministério da Agricultura, prefeituras, universidades, Polícia Militar, setores da iniciativa privada e associações de produtores em todo o Estado, visando conscientizar a população, através de palestras educativas, com orientações quanto aos perigos do consumo de produtos de origem animal clandestinos.

Palestras e audiências públicas serviram para tirar as dúvidas quanto à implantação de novos pólos regionais de abate, tendo como público prefeitos, açougueiros, comerciantes, abatedores, secretários municipais, pecuaristas, distribuidores de carnes e transportadores.

Neste ano, os matadouros frigoríficos de Santa Maria da Vitória e Serrinha foram registrados, possibilitando a implantação de dois novos pólos regionais de abate.

A Bahia conta atualmente com 24 matadouros de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos e suíños, sendo 14 sob Inspeção Estadual e oito também sob Inspeção Federal. Outras sete plantas industriais tiveram seus projetos aprovados, destacando os matadouros de Juazeiro, Brumado, Alagoinhas, Itororó, Itapetinga, Jussara e Pintadas.

A parceria entre a Adab, Ministério Público e Polícia Militar, principalmente, favoreceram o fechamento de 67 pontos de abate clandestinos no Estado, fato de relevante importância para a segurança alimentar dos baianos.

Fiscalização de Produtos de Origem Animal – Os agentes de inspeção que controlam o trânsito de produtos e subprodutos de origem animal apreenderam 100 toneladas de alimentos clandestinos que seriam comercializados em feiras livres ou em outros tipos de estabelecimentos, nos mais diversos municípios do nosso Estado.

Inspeção em Matadouros Frigoríficos e Abatedouros Avícolas – Com a inauguração das novas plantas de matadouros frigoríficos de bovinos sob inspeção estadual, o número de animais abatidos em 2007 foi de 564.417, crescendo 32% em relação ao ano de 2006, quando se totalizou o abate de 428.708 bovinos.

O parque avícola também ampliou a quantidade de animais abatidos sob SIE, num total de 35,8 milhões de animais, um

aumento de 63% em relação ao ano de 2006. Atualmente o parque avícola baiano é composto por oito estabelecimentos com Inspeção Estadual, um dos quais com Inspeção Federal.

Destinados ao consumo humano, foram retirados de circulação 567.536 órgãos de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos e suínos. Este trabalho permite também o conhecimento da distribuição espacial das principais ocorrências patológicas das vísceras comestíveis, fato de relevante importância para os trabalhos da Adab, principalmente no que diz respeito às doenças relacionadas ao homem e aos animais, destacando-se a tuberculose, brucelose e cisticercose.

A Adab fiscalizou, em 2007, mais de 27 milhões de quilos de produtos de origem animal em 69 estabelecimentos inspecionados: 37,4 milhões de quilos de lácteos processados nas indústrias de laticínios, destacando o leite pasteurizado como principal produto e 16,7 milhões de dúzias de ovos em seis entrepostos.

7. OUTRAS ATIVIDADES

7.1 INSTITUTO DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA – ITAGRO

Foi dado o primeiro passo para a criação do Instituto, graças ao protocolo de cooperação técnico-científica firmado pela SEAGRI, através da EBDA e a Universidade Federal da Bahia, que permitirá a formação de uma rede de laboratórios para realizar diagnósticos, análises e pesquisas demandadas por órgãos públicos relacionados à agropecuária.

Hoje, devido à falta de articulação entre as instituições do setor agrícola, muitas vezes os serviços laboratoriais, que poderiam ser feitos na Bahia, acabam sendo realizados em outros estados e até mesmo fora do país. A otimização dos esforços fará com que a Bahia seja não só importadora de soluções, mas desenvolva uma tecnologia própria capaz de atender à sua demanda interna e possa, inclusive, servir como referência para o Brasil.

7.2 PROGRAMA DE FLORES

O segmento da floricultura nos últimos anos apresentou um crescimento significativo no processo produtivo (aumento da

área plantada, adoção de tecnologias, melhorias no manejo), incrementando o volume produzido no Estado, e consequentemente, a participação das flores baianas nos mercados consumidores.

Estima-se uma área de 300 hectares plantados na Bahia, com uma produção anual de 360 mil dúzias de flores, o que significa dizer que essa participação alcança cerca de 20% do consumo estadual, chegando a movimentar no mercado varejista aproximadamente R\$ 45 milhões/ano e gerar mais de 800 empregos diretos e dois mil indiretos. Na década passada, a participação das flores e plantas ornamentais no mercado baiano era de apenas 3%.

A consolidação dos oito pólos de produção de flores e de plantas ornamentais, chamados Projetos Comunitários, con-



quia cada vez mais espaço no mercado local, permitindo maior notoriedade pela padronização e qualidade do produto, além de estabelecer competitividade com produtos vindos principalmente de São Paulo, que suprem o déficit comercial e mercadológico de Salvador e de outras cidades baianas.

O incentivo e o apoio oferecidos pelo Governo ao desenvolvimento da cultura de flores na Bahia possibilitaram o surgimento de diversos empreendimentos que se estabelecem como potenciais produtores de flores e plantas ornamentais nos mais diferentes e propícios climas.

Visando conhecer empreendimentos bem-sucedidos, no que tange à exportação de flores tropicais, produtores e técnicos da Bahia participaram neste ano de missões técnicas ao Ceará e Alagoas, onde puderam observar a organização de produtores, as estratégias de comercialização e de exportação praticada nestes Estados.

A SEAGRI está investindo no apoio, promoção e realização de eventos com o propósito de solidificar a divulgação e expansão comercial de flores e plantas ornamentais da Bahia. Os projetos comunitários tiveram presença garantida na Feira de Flores do Dia das Mães, Feira da Primavera, Exporural, Festival de Orquídeas, Bromélias e Helicônias de Belmonte, Exposição Nacional de Orquídeas de Salvador, Fenagro, dentre outros.

O Governo concretizará uma antiga aspiração dos produtores com a implantação da Central de Comercialização de Flores da Bahia, cuja instalação será estrategicamente posicionada próximo ao aeroporto de Salvador. Situado no bairro de Narandiba, o local permitirá reunir toda a produção de flores e plantas ornamentais, organização e cadastro de produtores, clientes e fornecedores de insumos, padronização de produtos, possibilidade de oferecer preços competitivos, controlar a oferta e demanda, dentre outras atividades inerentes a este modelo de comercialização.

Visando obter resultados futuros mais expressivos nessa área, a SEAGRI, para o período 2008 a 2011, está programando a implantação de novos pólos de produção de flores e plantas ornamentais, com um novo modelo de Projetos Comunitários, introduzindo modificações de maneira a assegurar melhorias sustentáveis no aspecto social, econômico, ambiental e agronômico.



7.3 LUZ PARA TODOS

A Bahia participa ativa e intensamente do Programa Federal Luz Para Todos, destinado ao atendimento da população residente no meio rural. O objetivo do Programa é levar a energia elétrica a estas comunidades para que elas a utilizem como vetor de desenvolvimento social e econômico, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar, além de facilitar a integração de outros programas sociais, como o acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento. A ligação da energia elétrica até os domicílios é realizada gratuitamente.

Foram concluídas 81.881 ligações do Programa Luz para Todos, dos quais 15.950 habitantes pertenciam aos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.

Prioridades do Programa Luz para Todos:

- Municípios com Índice de Atendimento a Domicílios inferior a 85%, calculado com base no Censo 2000;
- Municípios com Índice de Desenvolvimento Humano inferior à média estadual (0,688);
- Comunidades atingidas por barragens de usinas hidroelétricas ou por obras do sistema elétrico;
- Escolas públicas, postos de saúde e poços de abastecimento de água;
- Assentamentos rurais;
- Entorno de Unidades de Conservação da Natureza.

7.4 ELETRIFICAÇÃO PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA

Através da Secretaria de Infra-estrutura – SEINFRA, o Governo do Estado implantou infra-estrutura de energia elétrica para atendimento a poços artesianos e barragens, no âmbito do Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar na Região de Irecê, coordenado pela Empresa Brasileira de Desenvolvimento Agrícola – EBDA, possibilitando o desenvolvimento de atividades de cultivo irrigado, criatório animal nas pequenas propriedades e ligação de domicílios da área rural, com investimento total de R\$ 562 mil.

Outra ação na área rural foi a construção de uma subestação transformadora de energia, com a finalidade de expandir o

sistema de transmissão e distribuição de energia, com destaque para a eletrificação do perímetro irrigado da Barragem do Apertado, no município de Mucugê, na Chapada Diamantina, onde foram aplicados R\$ 22 milhões, em parceria com a Coelba.

Esta intervenção possibilitou a substituição de motores a diesel por motores elétricos, em 8.000 hectares de irrigação, elevando para dezesseis mil hectares o perímetro irrigado, com a geração de 3.300 novos empregos diretos no campo e cerca de 500 empregos diretos e 1.500 indiretos em indústrias de cimento.

7.5 UNIVERSIDADE ABERTA DO CAMPO – E-CAMP

A SEAGRI concebeu o Projeto Universidade Aberta do Campo, voltado para a inclusão digital da população rural, possibilitando a qualificação profissional e a comercialização dos produtos da agricultura familiar, com a perspectiva de atender 625 mil famílias agrícolas (aproximadamente 2,5 milhões de pessoas/ano).

Como ação pioneira e inovadora, exigiu estudos e articulações para garantir sua operacionalização a partir de 2008, com a realização de estudos de viabilidade técnica e operacional e as articulações entre as Secretarias Estaduais e Ministérios Federais.

Em parceria com a Universidade do Estado da Bahia – Uneb, foi realizado o desenho do portal de acesso aos serviços que serão oferecidos à população rural e planejado o escopo dos primeiros cursos; definição dos núcleos-piloto para o início da operacionalização do Portal e negociação com o Ministério das Comunicações para a utilização dos pontos do Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão – Gesac, com os quais será compartilhada a conexão internet por satélite, garantindo acesso dos Núcleos Digitais Rurais durante 24h por dia.

7.6 EDITAL TEMÁTICO DO SEMI-ÁRIDO

Lançado pela primeira vez em 2007, o Edital Temático do Semi-Árido, que integra o Programa de Apoio às Políticas Públicas, tem como objetivo financeirar projetos de pesquisa que visem a contribuir para a produção de conhecimento

científico sobre o semi-árido baiano e/ou para o desenvolvimento de soluções inovadoras que tenham como objetivo a melhoria das condições de vida da população nessa região. São parceiros nesse Edital a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI e a Casa Civil, por meio do Funcap.

Foram alocados recursos financeiros não-reembolsáveis no valor total de R\$ 3 milhões. Foram aceitos projetos vinculados às mais diversas áreas do conhecimento e de distintas linhas de pesquisa, desde que apresentassem como objeto do estudo a resolução dos problemas do Semi-Árido baiano. Para este Edital, são consideradas como prioritárias, embora não excludentes, as seguintes linhas temáticas: Biodiversidade e Ecologia; Uso e Reuso da água; Energia; Cultura; Sistemas Produtivos; Segurança Alimentar; Emprego, Trabalho e Geração de Renda; Inclusão Social; Financiamento do Desenvolvimento; Habitação. Os recursos deste Edital serão liberados em 2008.

8. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REFORMA AGRÁRIA

Historicamente, o processo de reforma agrária caracterizou-se por intervenções pontuais e pulverizadas ou permaneceu restrito à desapropriação de imóveis por interesse social. O Governo da Bahia quer mudar essa tendência e transformar em áreas produtivas os núcleos de assentamento rurais do Estado, com propostas consistentes que viabilizam os investimentos em infra-estrutura básica, social e produtiva, permitindo o desenvolvimento auto-sustentável e a melhoria de vida dos colonos.

Também o direito social das famílias rurais de terem acesso e garantia da terra e o direito de acesso aos serviços públicos e privados de apoio à produção têm sido materializados pelas ações de regularização fundiária.

A Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA, órgão em regime especial de administração direta da estrutura da SEAGRI, está promovendo, coordenando, supervisionando, acompanhando, executando e avaliando as políticas de reforma agrária e regularização fundiária no âmbito do Estado e desempenha um importante papel na execução da política de desenvolvimento deste Governo.

8.1 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A partir de 2007, a política de desenvolvimento agrário implementada pelo Estado passou a tomar por base os resultados das oficinas de trabalho para o planejamento das ações de regularização fundiária, sob a ótica dos Territórios de Identidade, envolvendo 15 territórios e a participação de 241 municípios, conforme Tabela 13.

A SEAGRI buscou agilizar os processos de cadastro, medição e demarcação dos imóveis individuais e as áreas de ocupação coletiva conhecida como “Fundo de Pastos”, além de realizar a entrega de títulos de propriedade.

A política de regularização fundiária do Estado da Bahia possibilita ao posseiro de áreas devolutas até o limite de 100 hectares a obtenção do título do domínio de suas terras, sem nenhum custo.

TABELA 13 OFICINAS DE PLANEJAMENTO DE AÇÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA BAHIA, 2007

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS
AGreste de Alagoinhas	22
Bacia do Jacuípe	13
Bacia do Rio Corrente	11
Baixo Sul	14
Extremo Sul	21
Litoral Sul	27
Médio Rio de Contas	16
Piemonte da Diamantina	9
Piemonte do Paraguaçu	14
Piemonte Norte do Itapicuru	9
Semi-Árido Nordeste II	18
Sertão do São Francisco	10
Sisal	20
Vale do Jiquiriçá	21
Velho Chico	16
TOTAL	241

Fonte: SEAGRI/CDA

No ano de 2007, foram realizadas 7.427 medições de áreas individuais e coletivas, distribuídas em 17 Territórios de Identidade, atendendo as solicitações que chegaram aos escritórios da CDA, conforme demonstra a Tabela 14.



TABELA 14

**REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA –
MEDIÇÕES REALIZADAS
BAHIA, 2007**

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	NÚMERO DE MEDIÇÕES
AGreste de Alagoinhas	1.950
Bacia do Rio Corrente	258
BAIXO SUL	658
CHAPADA DIAMANTINA	263
EXTREMO SUL	86
IRECÊ	60
ITAPARICA	190
MÉDIO RIO DE CONTAS	165
PIEMONTE DA DIAMANTINA	138
PIEMONTE DO PARAGUAÇU	386
PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	295
SEMI-ÁRIDO NORDESTE II	478
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	24
SERTÃO PRODUTIVO	98
SISAL	1.159
VALE DO JIQUIRIÇÁ	473
VELHO CHICO	746
TOTAL	7.427

Fonte: SEAGRI/CDA

Com aplicação de mais de R\$ 1 milhão no processo de regularização fundiária, provenientes do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep foram emitidos 6.334 títulos de terra, para uma área de quase 124 mil hectares indicados na Tabela 15.

Através de convênios com as prefeituras municipais de Inhambupe, Ituberá, Laje, Ouricangas, Rui Barbosa e Sátiro Dias, a SEAGRI desenvolveu projetos de discriminatória urbana, abrangendo um perímetro de 6.085,8 hectares.

TABELA 15

**TÍTULOS DE TERRA EMITIDOS
BAHIA, 2007**

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	TÍTULOS	ÁREA (ha)
01. IRECÊ	22	416,5
02. VELHO CHICO	45	11.493,4
03. CHAPADA DIAMANTINA	36	859,7
04. SISAL	762	13.053,3
05. LITORAL SUL	36	1.309,1
06. BAIXO SUL	273	1.443,5
07. EXTREMO SUL	126	7.273,8
09. VALE DO JIQUIRIÇÁ	173	757,3
10. SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	750	41.946,8
11. OESTE BAIANO	28	841,1
12. BACIA DO PARAMIRIM	387	3.158,0
13. SERTÃO PRODUTIVO	620	6.462,6
14. PIEMONTE DO PARAGUAÇU	67	2.447,6
15. BACIA DO JACUIPE	18	575,0
16. PIEMONTE DA DIAMANTINA	1	92,6
17. SEMI-ÁRIDO NORDESTE II	132	1.069,4
18. AGreste de Alagoinhas	721	2.152,8
19. PORTAL DO SERTÃO	332	1.488,9
20. VITÓRIA DA CONQUISTA	265	4.010,5
21. RECÔNCAVO	850	1.927,9
22. MÉDIO RIO DE CONTAS	26	670,7
23. BACIA DO RIO CORRENTE	516	8.435,7
24. ITAPARICA	53	810,5
25. PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	84	10.326,6
26. METROPOLITANA DE SALVADOR	11	170,8
TOTAL	6.334	123.194,1

Fonte: SEAGRI/CDA

É importante ressaltar que a discriminatória urbana é um importante instrumento de suporte às ações do Governo nos municípios, notadamente aqueles que enfrentam as maiores dificuldades sociais. A maioria das cidades, distritos, vilas e povoados, ao se instalarem, expandem-se em terras devolutas do Estado. Assim, os imóveis ali edificados dependem da regularização fundiária cuja ação tem como objetivo a transferência do domínio público estadual para os municípios com limite de concessão de até 2500 hectares e de vilas, distritos e povoados de até 500 hectares, criando condições aos seus ocupantes de buscar crédito junto às instituições financeiras oficiais e não oficiais para instalar pequenas indústrias, ampliar ou construir moradias.

8.2 APOIO À REFORMA AGRÁRIA

Em parceria com o Incra, através do Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Federal, a Coordenação de Desenvolvimento Agrário do Estado realizou 54 vistorias, em 15 Territórios de Identidade (Tabela 16) em imóveis rurais passíveis de desapropriação por interesse social para assentamento de trabalhadores rurais sem terra, levantamento topográfico de 49 imóveis e 181 buscas cartoriais.

Outra ação de destaque diz respeito aos Fundos de Pastos, sistema de ocupação comunitária de terras onde pequenos agricultores de baixa renda se aglutinam em áreas para exploração coletiva e com pastoreio extensivo de caprino, ovino e bovino, além do direito do uso comum da pastagem nativa. Secundariamente, cada família participante tem uma pequena gleba onde se desenvolve uma agricultura de subsistência com o plantio de milho, feijão de corda, mandioca, melancia e pequenos plantios de palma forrageira.

A CDA regulariza a posse destas áreas e encaminha ao Incra para o processo de reconhecimento como áreas de reforma agrária.

O Estado da Bahia possui hoje 413 domínios caracterizados como de Fundo de Pastos, que envolvem um total de 16.438 famílias. Destas áreas, 125 estão reconhecidas pelo Incra e 96 já estão tituladas.

No exercício de 2007, a CDA realizou 26 medições/demarcações de áreas de Fundo de Pasto e indicou para medição

TABELA 16 VISTORIA DE IMÓVEL RURAL PARA REFORMA AGRÁRIA BAHIA, 2007

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	VISTORIAS
AGRESTE DE ALAGOINHAS	3
BAIXO SUL	2
CHAPADA DIAMANTINA	3
EXTREMO SUL	3
ITAPETINGA	1
LITORAL SUL	14
MÉDIO RIO DE CONTAS	1
OESTE BAIANO	4
PIEMONTE DO PARAGUAÇU	3
PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	1
SEMI-ÁRIDO NORDESTE II	5
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	4
SISAL	3
VELHO CHICO	6
VITÓRIA DA CONQUISTA	1
TOTAL	54

Fonte: SEAGRI/CDA

outras 167 áreas coletivas. Encontra-se em processo de titulação 19 áreas e 40 tiveram a regularização fundiária efetivada pelo Incra neste ano.

O Governo ampliou o apoio para a realização de obras e serviços de infra-estrutura rural nas áreas de assentamento, mediante a realização de convênios com associações que representam os assentamentos rurais, beneficiando um total de 627 famílias, por meio de 15 associações em 11 municípios baianos, como mostra a Tabela 17.

O apoio à reforma agrária também se deu pela assistência aos movimentos sociais e associações representantes dos assentamentos, através da realização de eventos e de serviços que beneficiaram os assentados e suas famílias. Entre tais atividades que receberam apoio do Governo do Estado merecem destaque:

- Reunião de negociação com órgãos públicos federais e estaduais – Movimento de Pequenos Agricultores – MPA;

TABELA 17

**OBRAS E SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO
BAHIA, 2007**

MUNICÍPIO	ASSOCIAÇÃO	OBRA/SERVIÇO	Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS
Guaratinga	Associação Comunitária de Produção Agropecuária de Guaratinga	Implantação de 96 mil pés de café	30
Lençóis	Associação Rural Comunitária Nova Esperança	Construção de casa de farinha movida a diesel	26
Wagner	Associação Rural Comunitária Lagoa Nova	Construção de 45 cisternas para captação e armazenamento de águas pluviais	45
Jussara	Associação dos Moradores e Produtores – Morro do Higino	Máquina Desfibriladora de Sisal	30
	Associação dos Produtores Rurais Deus Dará	Máquina Desfibriladora de Sisal	45
Ibipeba	Associação Comunitária Nova Esperança	Casa de farinha elétrica	40
Andaraí	Associação Comunitária Mocó	Casa de farinha elétrica	45
Itamaraju	Associação dos Agricultores do Vale do Jucuruçu	Casa de farinha elétrica	60
	Associação dos Pequenos Agricultores Rurais de São Paulinho	Casa de farinha elétrica	40
Porto Seguro	Associação do Pequenos Agricultores Assentados Terra Nova	Casa de farinha elétrica	50
Prado	Associação dos Pequenos Produtores Rurais Itamaraju – São Francisco	Casa de farinha elétrica	50
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Nova Esperança	Casa de farinha elétrica	51
	Associação Comunitária dos Agricultores Unidos para Vencer	Casa de farinha elétrica	20
Riacho de Santana	Associação dos Produtores Rurais de Pau Preto	Casa de farinha elétrica	25
Sebastião Laranjeiras	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Nova União	Casa de farinha elétrica	70
TOTAL			627

Fonte: SEAGRI/CDA

- IV Encontro Estadual das Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária – União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária;
- 2º Congresso Estadual de Agricultura Familiar – Federação dos Agricultores na Agricultura Familiar – Fefraf;
- Audiência dos Assentados na Reforma Agrária – Assentados na Reforma Agrária da Chapada;
- XIII Encontro Estadual dos Educadores e Educadoras – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST;

- Reunião das comunidades de assentamento em Salvador – Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados da Bahia – Ceta;
- Oficina de Análise e Ajuste do Processo de Assistência Técnica – Associação de Trabalhadores Rurais;
- Reunião de Trabalhadores Rurais – Entidades de Fundos de Pastos.

Para o desenvolvimento das ações de Apoio à Reforma Agrária, a CDA aplicou recursos da ordem de R\$ 1,1 milhão, provenientes do Funcex.

8.3 FOMENTO AO CRÉDITO FUNDIÁRIO

O Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, iniciativa do Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, conta com apoio financeiro do Banco Mundial – BID e é desenvolvido na Bahia numa parceria com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR e a SEAGRI, através da Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA.

Duas importantes vertentes orientam a aplicação dos recursos provenientes do PNCF: o acesso à terra e o combate à pobreza, com financiamento da compra de imóvel rural (Subprojeto de Aquisição de Terras – SAT) e os investimentos de infra-

estrutura básica e produtiva (Subprojeto de Investimentos Comunitários – SIC). O financiamento é coletivo e os agricultores devem estar organizados em associações legalmente constituídas.

Para o desenvolvimento dessa ação, foram aplicados recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza na ordem de R\$ 256 mil, que beneficiarão 3.239 famílias em 117 projetos, dos quais 22 (Tabela 18) já estão contratados e 95 em andamento.

Este importante mecanismo de acesso à terra vem contribuindo para a ampliação e consolidação da agricultura

TABELA 18 CRÉDITO FUNDIÁRIO – PROPOSTAS CONTRATADAS
BAHIA, 2007

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIO	PROJETOS CONTRATADOS	FAMÍLIAS
Irecê	Central	Ass. de Agricultores da Fazenda Água Viva	22
	Xique-Xique	Ass. dos Produtores Rurais de Estreito II	23
	Cafarnaum	Ass. Olhos d'Água	20
Chapada Diamantina	Bonito	Ass. Pequenos Produtores Rurais de Águas Boas	23
	Lençóis	Ass. dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Jaboticabal	20
	Utinga	Ass. Grupo Renovação	20
Sisal	Tucano	Ass. dos Produtores Rurais Faz. Porto Seguro	24
Baixo Sul	Camamu	Ass. dos Trabalhadores Rurais do Projeto Beija Flor	16
Vale do Jiquiriçá	Itaquara	Ass. dos Trab. Rurais de Itaquara	40
	Ubaíra	Ass. Força Jovem de Valença	30
Sertão São Francisco	Curaçá	Ass. de Desenvolvimento Agropecuário e Familiar Novo Horizonte	33
	Juazeiro	Ass. dos Pequenos Agropec. do Projeto Cercado	25
Oeste Baiano	Cotegipe	Ass. dos Pequenos Produtores Mocambo e Rio Ondas	35
Piemonte Paraguaçu	Lajedinho	Ass. Comunitária do Povoado Nova Conquista	32
Piemonte Diamantina	Jacobina	Ass. Comunitária Famílias Sem Terra	26
Médio Rio de Contas	Jequié	Pequenos Agricultores de São Judas Tadeu	30
Piemonte Norte do Itapicuru	Campo Formoso	Ass. Comunitária e Agropastoril de Tuiutiba	36
Semi-Árido Nordeste II	Ribeira do Amparo	Ass. Comunitária dos Pequenos Produtores do Grupamento Senhor do Bonfim	26
Sertão Produtivo	Sebastião Laranjeira	Ass. Com. dos Prod. Rurais Lagoa do Rancho	40
		Ass. Com. Peq. Prod. Rurais Abelha Rainha	40
Vitória da Conquista	Mirante	Ass. Jov. Filhos Produtores Rurais de Mirante	30
	Poções	Ass. Agric. de Iguaí – ASA – Ba.	60
TOTAL		22	651

Fonte: SEAGRI/CDA

familiar, e já atende 651 famílias em 14 Territórios de Identidade, com um montante contratado em projetos que somam R\$ 12,4 milhões.

O impacto social dos projetos de crédito fundiário é grande: os 95 projetos em andamento irão beneficiar 2.588 famílias, sendo que cinco projetos estão em fase de contratação, 31

TABELA 19

**CRÉDITO FUNDIÁRIO –
PROCESSOS EM ANDAMENTO
BAHIA, 2007**

PROCESSOS DE CRÉDITO	NÚMERO DE PROJETOS	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
Em fase de contratação	5	178
Aprovados pelo CEDRS	25	736
Em apreciação pelo CEDRS	06	146
Em Instrução	59	1.528
TOTAL	95	2.588

Fonte: SEAGRI/CDA

aprovados ou em aprovação pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS e 59 em fase de instrução (análise jurídica, vistoria, negociação de preço e medição), conforme Tabela 19.

TABELA 20

CRÉDITO FUNDIÁRIO – RECURSOS CONTRATADOS E A CONTRATAR PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO – PNCF BAHIA, 2007

(Em R\$ 1.000,00)

SITUAÇÃO DO PROCESSO	RECURSOS PNCF/SAT	RECURSOS PNCF/SIC	RECURSOS TOTAIS
Contratado	4.803	7.625	12.428
Em contratação	1.362	1.958	3.320
Aprovado pelo CEDRS	5.632	8.096	13.728
Em apreciação pelo CEDRS	1.117	1.606	2.723
Em Instrução	11.692	16.808	28.500
TOTAL	24.606	36.693	60.699

Fonte: SEAGRI/CDA